

**ipea**

Instituto de Planejamento Econômico e Social

IPLAN

Instituto de Planejamento

Texto para Discussão  
nº 15

Fases e Faces da Moderni-  
zação Agrícola Brasileir

George Martine\*

Julho de 1989

Instituto de Planejamento - IPLAN

Texto para Discussão  
nº 15

Fases e Faces da Moderni-  
zação Agrícola Brasileira

George Martine\*

Julho de 1989

O Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) é uma fundação vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN/PR), composta pelo Instituto de Planejamento (IPLAN), Instituto de Pesquisa (INPES) e Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC).

Ministro do Planejamento:	João Batista de Abreu
Presidente do IPEA:	Ricardo Luis Santiago
Diretor do IPLAN:	Flávio Rabelo Versiani
Diretores-Adjuntos:	Francisco Almeida Biato e Solon Magalhães Vianna

Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento:	José Garcia Gasques
Coordenadoria de Educação e Cultura:	Divonzir Artur Gusso
Coordenadoria de Emprego e Salários:	Ana Amélia Camarano
Coordenadoria de Desenvolvimento Regional:	Clando Yokomizo
Coordenadoria de Desenv. Urbano e Meio Ambiente:	Edgar Bastos de Souza
Coordenadoria de Indústria e Tecnologia:	Michael Wilberg
Coordenadoria de Minas e Energia:	Michael Wilberg (respondendo)
Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico:	Eduardo Felipe Ohana
Coordenadoria de Saúde e Previdência Social:	Maria Emilia R. M. de Azevedo
Coordenadoria do Setor Externo:	Renato Coelho Saumann das Neves
Coordenadoria de Transportes e Comunicações:	

Setor de Documentação:	Norma Stenzel
Setor de Processamento de Dados:	José Adalberto de Paula Ferreira
Assessoria Editorial:	Maria Lúcia Casasanta Brüzzi

#### Comitê Editorial do IPLAN:

- . Flávio Rabelo Versiani - Presidente
- . Carlos Monteiro Villa Verde
- . Divonzir Artur Gusso
- . Edgar Bastos de Souza
- . Eduardo Felipe Ohana
- . Maria Lúcia Casasanta Brüzzi
- . Solon M. Vianna

Este trabalho é de responsabilidade do(s) autor(es). As opiniões nele contidas não representam necessariamente o ponto de vista do IPLAN, ou da SEPLAN.

FASES E FACES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA\*

-----  
\*Agradecem-se os comentários de José Garcia Gasques, Guilherme Delgado, Adelina Paiva, Enid Rocha, José Graziano da Silva, Ângela Kageyama, Basília Aguirre, Luiz Carlos Silva, Philippe Adant e Otamar de Carvalho. As opiniões expressas aqui são da exclusiva responsabilidade do autor.

## SUMÁRIO

Pág.

1. Introdução	
2. As Fases da Modernização Recente	5
a) A Modernização Conservadora: 1965-79	6
b) Crise e Retração: O Período 1980-84	7
c) Recuperação e Supersafras: 1985-89	15
3. As Várias Faces da Modernização Agrícola	19
a) "Big is Beautiful": A Escala de Produção do Futuro	22
b) "Big is Efficient", Primeira Parte: Pressão, Privilégio e Papel do Estado	30
c) "Big is Efficient", Segunda Parte: Produtividade e Crise Agrícola	35
d) Urbanizar é Preciso	40
4. Considerações Finais: Modernização, Prosperidade e Bem-Estar	46

Notas

Referências Bibliográficas

## BESUNO

Este trabalho procura analisar as diferentes fases da modernização agrícola brasileira em termos das suas conseqüências para a sociedade como um todo. Na primeira parte do trabalho, perfilam-se as principais características das etapas recentes da modernização, na segunda, analisam-se alguns pressupostos subjacentes à avaliação do processo corrente de "caificação" do padrão agrícola (i. e. o crescimento do número, tamanho, importância, poder e integração dos complexos agroindustriais ou CAIs).

A modernização recente da agricultura pode ser dividida em três fases: o período de modernização conservadora (1965-79), em que o Governo induziu a modernização via crédito subsidiado, o período de crise (1980-85), que encontrou a agricultura num estágio de relativa maturidade, e o período pós-1985, marcado pela colheita de várias supersafras. As mudanças ocorridas no padrão agrícola têm alimentado avaliações otimistas a respeito da agricultura brasileira atual, mas é preciso examinar os pressupostos subjacentes a essa perspectiva. Em primeiro lugar, a suposição de que há vantagens inerentes à maior escala de produção precisa ser qualificada. A suposta eficiência econômica da agricultura "caificada" também é questionável. Por um lado, ela se resume, muitas vezes, a uma capacidade de manipulação política e, por outro, os níveis de produtividade brasileira ainda são pouco competitivos. Nessa visão, com um mercado interno reduzido pela má distribuição de renda e dificuldades de competir no mercado externo, as perspectivas para a agricultura brasileira precisam ser reavaliadas dentro de um contexto social e político mais amplo.

## 1. INTRODUÇÃO

A segunda metade da década de 80 foi semeada de grandes vitórias para aqueles que defendem a intensificação da "modernização" do campo via valorização da agricultura empresarial, via consolidação do direito inalienável da propriedade privada e via integração crescente dos capitais financeiro, comercial, industrial e agrícola. A lista de triunfos iniciou-se com a criação de uma entidade supraconfederativa (UDR) capaz de unir não somente distintas classes de produtores rurais e latifundiários, mas também segmentos mais modernos do capital urbano. Seguiram-se a derrota retumbante da reforma agrária, a façanha de algumas "quase supersafras" consecutivas e, no Plano Verão, a eliminação, permanente ou temporária, de mais alguns redutos de atenção ao pequeno produtor, como o MIRAD, a EMBRATER e outros programas específicos.

A reação de políticos, intelectuais, tecnocratas e outros setores outrora defensores da pequena produção, da reforma agrária, ou simplesmente da visão de uma sociedade mais justa, tem sido de notável submissão à aparente força dos eventos. A reforma agrária tornou-se rapidamente anacrônica, sendo ainda defendida por alguns poucos setores como política social compensatória e não mais como alternativa viável de reorganização produtiva. Essas evoluções, evidentemente, foram influenciadas por uma conjugação de fatores extra-agrícolas. Assim, os fortes ventos neoliberalizantes que sopraram no mundo durante a década de 80, a admiração crescente dos feitos econômicos dos "Tigres de Papel" asiáticos e os avanços generalizados dos grandes conglomerados sobre todos os espaços econômicos e políticos certamente provocaram alterações na estrutura do pensamento sobre a agricultura brasileira. Mas essa também foi afetada pela percepção objetiva das limitações técnicas e econômicas de um modelo agrícola baseado, majoritariamente, na pequena propriedade familiar, assim como pelos avanços reais da agricultura modernizada em diversas regiões e culturas.

Concomitantemente, vários dos analistas mais destacados da economia brasileira passaram a se ocupar com o fenômeno central de transformação na agricultura, que poderíamos denominar de "caificação" do padrão agrícola (i. e. , crescimento do número, tamanho, importância, poder e integração dos complexos agroindustriais ou CAIs). Da análise objetiva de certos padrões e tendências em curso, tem-se passado, rapidamente, para presumir a inevitabilidade da universalização dessas transformações - como se fizessem parte de um darwinismo econômico - e até para um entusiasmo mais ou menos acentuado. Curiosamente, passaram a convergir, em vários pontos, as análises mais atualizadas do processo de "caificação" por parte da economia agrícola e da agronomia, com as posições políticas dos setores mais conservadores de produtores rurais. A euforia das supersafras contribuiu para fortalecer a imagem de uma agricultura moderna, auto-suficiente, de conseqüências sociais inevitavelmente benéficas. Será?

Este trabalho visa avaliar as tendências recentes do modelo agrícola brasileiro com vistas à discussão de suas implicações futuras. Nesse esforço, considera-se fundamental retomar a discussão do modelo agrícola como parte de um estilo de desenvolvimento mais amplo. Parte-se do pressuposto que modelos e estilos de desenvolvimento não são construções puramente técnicas, de conseqüências socialmente neutras. Coloca-se claramente a discussão de algumas questões sócio-políticas fundamentais, visando explicitar as conseqüências de determinados cenários para a sociedade como um todo. Considera-se fundamental perguntar: para que e para quem se adotam determinados estilos e modelos de desenvolvimento? A quem beneficiam? O crescimento econômico decorre necessariamente do avanço de determinados processos, como o da "caificação"? Nesse caso, o crescimento beneficia necessariamente as grandes massas populacionais e a sociedade como um todo? Em que horizonte de tempo? Sob que condições? Qual tem sido, e qual poderia ser, o papel do Estado nessas transformações?

Sem pretensões de responder integralmente a tão intrincadas perguntas, o trabalho se propõe ajudar a colocar algumas questões relacionadas com o progresso técnico na agricultura dentro de um contexto social e político mais amplo. Nesse esforço, é inevitável que se questionem certos pressupostos subjacentes à visão modernizante-otimista que parecem acompanhar algumas análises da "caificação". Argumenta-se que os prováveis impactos dessa transformação sobre a sociedade em construção não são lineares, pois dependem da sua estruturação política em circunstâncias históricas concretas. Na primeira parte do trabalho, perfilam-se as principais características das etapas recentes da modernização; na segunda, analisam-se criticamente alguns pressupostos subjacentes à visão da "caificação" como solução global para a agricultura ou até para a sociedade.

## 2. AS\_FASES\_DA\_MODERNIZACAO\_RECENTE

Diversos trabalhos recentes analisam detalhada e cuidadosamente o processo de modernização da estrutura de produção agropecuária<sup>1</sup>. Kageyama e Graziano<sup>2</sup>, ao caracterizarem a passagem do "complexo rural" para o "complexo agroindustrial", distinguem três etapas centrais na fase de modernização pós-guerra: o período de mudança lenta e gradual na base técnica (1950-65); a fase de internalização do  $D_1$ <sup>3</sup>, de industrialização da agricultura e de constituição dos complexos agroindustriais (1965-1980); e, mais recentemente, a fase de integração de capitais intersetoriais sob o capital financeiro.

Para efeitos desta discussão, porém, será pertinente enfatizar apenas o último quarto de século, utilizando uma periodização que se inicia mais recentemente, e distinguindo dois subperíodos na década de 80. De fato, embora a modernização viesse se processando desde o pós-guerra, a tecnologia agrícola utilizada na maior parte do País ainda era bastante rudimentar até meados da década de 60. Os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul eram as principais exceções, concentrando, por exemplo, 44% e 25%, respectivamente, de todos os tratores do País. Mas nessa

fase, anterior à expansão do parque industrial, a proporção de todos os estabelecimentos que dispunham de alguma maquinaria moderna era muito pequena. A seguir, apresentamos alguns traços de três fases mais recentes de modernização - 1965-79, 1980-84 e 1985 até hoje - como ponto de partida para uma discussão de suas implicações para o futuro.

#### a) A Modernização Conservadora, 1965-79

Esta etapa já foi objeto de muitos estudos e, portanto, suas características serão descritas sumariamente aqui. Diversos eventos atuaram para modificar a estrutura e o perfil da produção agrícola a partir de 1965: a consolidação do parque industrial, a instauração de um estilo de desenvolvimento visando à "modernização conservadora", a fase ascendente do ciclo econômico conhecido como o "milagre econômico", a ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas, etc. 4.

Em conseqüência, a agricultura atravessou um processo radical de transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do complexo agroindustrial. Foi alterada a base técnica, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas. A base tecnológica da produção agrícola foi alterada profundamente, assim como a composição das culturas e os processos de produção.

Conforme amplamente discutido na literatura, o principal instrumento utilizado para promover a industrialização do campo foi o crédito agrícola subsidiado. Na formulação de Kageyama et alii, a concessão de crédito altamente subsidiado e vinculado à utilização de insumos e práticas pré-determinadas induziu um padrão de modernização "compulsória", capaz de obter resultados

significativos em pouquíssimo tempo<sup>5</sup>. A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente; grosso modo, maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou a agroindústria. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos.

Tanto a mudança na escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico, como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização, serviram para acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, afetando também as relações de produção no campo. Além da mecanização expulsar a mão-de-obra, o espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores também ficou reduzido pela "territorialização do capital"<sup>6</sup>. Isto provocou um forte êxodo rural (de quase 30 milhões de pessoas entre 1960-80), além de crescente assalariamento da força de trabalho agrícola, muito da qual passou a residir nas cidades. Como resultado dessas transformações, o processo de urbanização brasileiro mostrou uma face qualitativamente diferente na década de 70. Pela primeira vez na história moderna, as áreas rurais tiveram uma redução absoluta de população. O número de cidades cresceu rapidamente, assim como a proporção da população total em algumas macrocidades<sup>7</sup>

#### b) Crise e Retração: o Período 1980-84

O padrão de financiamento baseado no crédito fortemente subsidiado fraquejou no final da década de 70, e entrou definitivamente em crise a partir de 1980. Entre 1980 e 1985, as aplicações totais na agricultura e pecuária caíram, de 250 bilhões para 124 bilhões de cruzados, em valores constantes. O

crédito para investimento foi o mais afetado<sup>8</sup>. "Entre 1979 e 1984 o volume de crédito foi reduzido em mais de 50%. Praticamente todos os itens foram atingidos, (...). Em 1984, o valor do crédito foi pouco superior a 1/5 do registrado em 1979 (...), entre 1980 e 1984, a redução do crédito de custeio foi da ordem de 40% e a do crédito de comercialização chegou perto de 70%"<sup>9</sup>.

Em suma, a agricultura como um todo perdeu o tratamento preferencial que desfrutava em suas relações com o setor financeiro. Entretanto, a crise no crédito não parece ter afetado significativamente a produção agropecuária durante o período 1980-85, conforme pode ser visto na Tabela 1. Ou seja, ao contrário do que havia acontecido em 1976 e 1978, quando uma retração do crédito se refletiu diretamente no desestímulo aos produtores e na redução do produto, o período 1980-85 -- à exceção de 1983, que foi afetado por problemas climáticos -- apresentou um bom desempenho. Aliás, foi particularmente notável em comparação com a fase recessiva vivida pelo setor industrial nesse período. O desempenho favorável do setor agropecuário durante a crise teve forte influência sobre a avaliação que diversos autores fazem dos CAIs, merecendo, portanto, ser analisado mais cuidadosamente.

TABELA 1 - PRODUTO REAL DA AGROPECUÁRIA

AGROPECUÁRIA	81/80	82/81	83/82	84/83	85/84	86/85	87/86
Produção Vegetal	109,57	96,68	98,21	108,53	113,16	89,58	115,51
Produção Animal	106,07	103,66	101,92	94,2	103,68	97,24	111,67
TOTAL							
índice	108,2	99,42	99,66	102,91	109,44	92,58	114,01
Taxa	8,2	-0,58	-0,34	2,91	9,44	-7,42	14,01

FONTE: DEAGRO/IBGE, Apud IPLAN/CAA - Dados Conjunturais da Agropecuária, nº 152, maio de 1988.

De fato, a interpretação desse desempenho positivo, num momento de notória retração do crédito e de sinalização negativa dos preços internacionais - tanto por matérias-primas como por produtos processados - parece envolver diversas facetas. Tem-se argumentado, inicialmente, que esse fenômeno refletiria um estágio de "plena" ou "relativa" maturidade do novo padrão agrícola<sup>10</sup>. A retirada de subsídios ao crédito teria encontrado uma estrutura produtiva tecnologicamente consolidada e capaz de reagir a estímulos de mercado. Assim, quando o Estado reduziu drasticamente o volume de crédito subsidiado, passou a manipular sistematicamente os preços mínimos, nos primeiros anos da década de 80. Outro fator que teria favorecido a manutenção de taxas razoáveis de crescimento do produto foi a incorporação de novas áreas com plantio de soja, visando tanto à valorização do capital via valorização da terra, como à necessidade de dar outro uso às terras supervalorizadas no sul do País<sup>11</sup>.

Entretanto, essa aparente maturidade do padrão agrícola pode ter sido, nessa época, mais potencial do que real, pois a retirada do crédito subsidiado genérico foi substituída pelo crédito dirigido ainda mais subsidiado. "Numa situação de restrição da oferta de crédito como a observada, associada à queda dos preços recebidos pelos agricultores, situação desfavorável do mercado internacional e retração da demanda devido aos anos de recessão aguda, a agricultura viabilizou-se, no período 1980-85, especialmente pelos subsídios. Em geral, as taxas de subsídios foram superiores a 40% nesse período, chegando a mais de 100% em 1984. Deste modo, foi possível compensar as quedas de preços, através da redução de custos, via subsídios"<sup>12</sup>. Ou seja, não houve exatamente uma eliminação do tratamento creditício preferencial, senão maior seletividade dos beneficiários que, paradoxalmente, passaram a ser mais subsidiados que antes. Isto estaria coerente com a afirmação de Müller de que a onda modernizadora, quando dispunha de grandes recursos, esbanjava; mas, na década de 80, quando os recursos escassearam, a disputa pelos favores públicos limitou-se aos grupos mais modernos<sup>13</sup>.

TABELA 2 - Brasil, Produção dos Principais Produtos Alimentares, Lavouras de Matérias-Primas e Produtos de Exportação 1980 - 1984

PRODUTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA					Taxa de Crescimento 1979/81 a 1983/85 %
	1980	1981	1982	1983	1984	
<b>Produtos Alimentares</b>						
Arroz	9775720	8228326	9734553	7741735	9027363	0,1
Banana*	448046	447337	454500	437744	470815	1,0
Feijão	1968165	2340947	2902657	1580546	2625676	0,7
Trigo	2701613	2209631	1826945	2236700	1983157	1,7
Batata Inglesa	1939537	1912169	2154775	1826579	2171133	0,0
Mandioca	23465649	24516360	24072320	21847892	21466222	-2,0
<b>Matérias-Primas</b>						
Algodão Herbáceo	1439330	1542106	1694725	1521061	1889359	6,9
Amendoim	482819	354951	317451	283665	248632	-7,5
Cana de Açúcar	148650563	155934109	186646607	216036958	222317847	9,1
Milho	20372072	21116908	21842477	18731216	21164138	1,4
<b>Produtos Exportáveis</b>						
Cacau	319141	335625	351149	380256	329903	2,6
Café	2112391	4064421	1915861	3343176	2840563	2,4
Mamona	280688	291812	192148	171777	222678	-2,0
Soja	15155804	15007367	12836047	14582347	15540792	3,7
Sisal ou Agave	234981	239204	251325	180859	224759	0,0
Laranja **	54340498	57126853	57938720	58660965	64612898	4,1

FONTE: - IFLAN/CAA - Dados Conjunturais da Agronecuária, nº 142, janeiro de 1987

(\*) Produção em 1.000 cachos

(\*\*) Produção em 1.000 frutos

Além destas explicações, é preciso examinar também o crescimento diferencial por produto durante esse período de crise (ver Tabela 2). De fato, os produtos de maior peso no desempenho favorável da agricultura nessa fase são aqueles que dispunham de mecanismos de valorização, incentivos e subsídios, além de crédito e de preços mínimos. Assim, o maior crescimento no período foi registrado pela cana-de-açúcar, protegida pelos múltiplos mecanismos do PROÁLCOOL. Os outros produtos de desempenho favorável foram trigo, soja, cacau, algodão e laranja, todos mais ou menos beneficiados por mecanismos especiais relacionados aos esforços de ajuste externo ou - como no caso da laranja - por fatores externos. De outro lado, a redução do crédito subsidiado direcionado à compra de insumos modernos não afetou necessariamente a produtividade, tendo em vista a estocagem e o uso exagerado - quase aleatório, às vezes - que se fazia anteriormente de adubos e defensivos químicos; uma utilização mais racional de insumos permitiu a manutenção dos níveis de rendimento com menores níveis de despesa.

Esses diversos elementos de explicação encontram-se, de alguma forma, conjugados no trabalho de Delgado<sup>14</sup>. Ele observa que, no período de 1980 a 1984, praticou-se uma política agressiva de produção, apesar da contenção de crédito, protegendo-se assim a rentabilidade de determinados segmentos empresariais via preços. Os principais instrumentos dessa política, segundo Rezende, teriam sido: duas máxidesvalorizações cambiais, que elevaram os preços dos exportáveis, modificando a sistemática de garantia de preços (indexação desde 1981, combinando com a elevação real a partir de 1983), aumento do subsídio no crédito de custeio para aqueles setores (agora mais reduzidos) que tiveram acesso a ele, queda na concessão de crédito para investimento e elevação das taxas nominais de juros<sup>15</sup>.

Esses mecanismos deveriam ter elevado tanto a oferta agrícola externa como a interna, mas a recessão provocou um declínio do PIB industrial e da massa salarial que, junto com subsídios ao crédito comercial e incentivos fiscais à exportação de agroprocessados e outras medidas adicionais, acabaram compri-

mind o consumo de vários produtos da cesta básica. Paralelamente, a queda na importação agrícola, particularmente de milho e arroz, acoplada ao crescimento das exportações agrícolas e agroindustriais, serviu para gerar elevados saldos comerciais externos. "Em resumo, a massa de salários cadente e os dispêndios originados pelo saldo do comércio exterior em ascensão exercem efeitos compensatórios sobre a demanda agrícola, estabilizando de certa forma o produto agrícola no período, não obstante a economia brasileira experimentar a mais grave crise recessiva de sua história econômica no século atual"<sup>16</sup>. Esses elevados saldos comerciais - assentados na repressão do consumo interno, no subsídio a alguns produtores modernos e na implementação de uma política de preços - explicam as taxas elevadas de lucratividade do setor agrícola durante o período de crise.

Em razão desses fatores, o período 1980-84 apresentou mudanças significativas na trajetória da estrutura e das relações de produção em comparação com a fase anterior de modernização. No conjunto, essas tendências refletem mais a retração do nível global de recursos dirigidos ao setor do que a elevação dos padrões de alguns subsetores. De fato, vários indicadores fornecidos pelo Censo Agropecuário de 1985 sugerem uma aparente reversão de muitos padrões anteriormente considerados inexoráveis<sup>17</sup>.

Assim, pela primeira vez desde o início da fase de industrialização da agricultura, voltou a crescer - e significativamente - o número de pequenos estabelecimentos agrícolas. O total de estabelecimentos apresentou um aumento (de 5,2 para 5,8 milhões), enquanto a taxa de crescimento da área total apresentava uma redução notável, em comparação com períodos anteriores. Conseqüentemente, a área média dos estabelecimentos agropecuários sofreu uma redução em todas as Unidades da Federação, exceto Amapá, Pará e Paraná (e, nestes dois últimos, o aumento foi de apenas um hectare cada). Os estabelecimentos menores apresentaram o maior crescimento. Assim, os estabelecimentos de menos de 10 ha passaram de 2,6 para 3,1 milhões, o

qual representa um crescimento de 18,8% a. a. A proporção da área total repartida entre esses estabelecimentos, entretanto, teve um aumento mínimo (de 2,5 para 2,6%). Isto significa que a área média ficou reduzida num autêntico processo de "minifundização". Vale destacar que grande parte desse aumento de minifúndios ocorreu no Nordeste.

Que fatores teriam provocado essa reversão parcial da concentração fundiária? Em princípio, tais tendências têm a ver com a crise econômica e seus impactos sobre a disponibilidade de créditos e subsídios, sobre a retração do mercado e, portanto, sobre a atratividade do setor agrícola, seja como atividade produtiva, seja como empreendimento financeiro-especulativo. Nessa perspectiva, o relativo desinteresse do capital produtivo ou especulativo pela terra teria proporcionado um certo crescimento de categorias que antes caminhavam, aparentemente, para a extinção: os posseiros, assim como os parceiros e pequenos proprietários. Desta maneira, a crise teria reaberto um certo espaço para o pequeno produtor e para a produção de subsistência. No contexto da crise, esse espaço pode ter sido bastante importante para a sobrevivência de um contingente significativo de pequenos produtores e mão-de-obra rural.

Essas tendências, evidentemente, não chegaram a influir decisivamente nos padrões tradicionais da estrutura fundiária; de fato, a área média em 1985 apenas retornou aos patamares existentes em 1975. Tampouco refletem necessariamente uma tendência mais permanente de desconcentração, pois uma volta às condições anteriores de crédito, subsídios e mercado poderá perfeitamente provocar uma reintensificação das atividades produtivas/especulativas em torno da terra, que expulsam pequenos produtores. Conforme salienta Hoffmann "acreditamos que a tendência geral associada com a modernização da agricultura brasileira, e na ausência de uma reforma agrária, seja no sentido de aumento de área média por estabelecimento. O movimento contrário ocorrido entre 1980 e 1985 certamente deve-se à recessão econômica de 1980-83, quando o PIB per capita diminuiu de 11,7%"<sup>18</sup>.

Outros indicadores para o período 1980-85 sugerem uma redução significativa do dinamismo geral das atividades agropecuárias no País. Em primeiro lugar, registra-se uma diminuição no ritmo de crescimento da área cultivada. Isto se deve a que a área de lavouras permanentes caiu significativamente, em termos absolutos. Esta queda foi particularmente importante no Nordeste e no Sul, e mesmo o estado de São Paulo diminuiu sua lavoura permanente em 150 mil ha entre 1980-85. Em compensação, a área de lavoura temporária do País aumentou bastante entre 1980-85, embora com uma intensidade menor de crescimento que no quinquênio anterior.

No que diz respeito à evolução tecnológica, verifica-se uma redução drástica no ritmo de incorporação de tratores em todas as regiões, sendo que nove Unidades da Federação tiveram uma redução absoluta no número de tratores disponíveis. No caso de ser verificada também para os outros elementos do pacote tecnológico, esta redução se apresentaria como bastante significativa. Com relação à pecuária, observa-se, no período 1980-85, uma redução no ritmo de crescimento do rebanho, assim como uma mudança no epicentro da criação de gado do Sudeste para o Centro-Oeste e, em menor escala, para o Norte. O ritmo de incorporação de fronteira foi muito mais lento que nos períodos anteriores, sendo notável apenas a expansão (ou o reaproveitamento) da fronteira no Centro-Oeste.

O pessoal ocupado nas atividades agropecuárias também cresceu a ritmos menores que nos quinquênios anteriores. Grande parte desse aumento esteve associado ao processo de "minifundização"; a proporção do pessoal ocupado que trabalha em estabelecimentos de 0 a 10 ha. cresceu de 37,4% para 40,0%. Quase 90% de todo o crescimento de pessoal ocupado entre 1980-85 ocorreu em estabelecimentos de 0-100 ha. Continuando tendências anteriormente verificadas, o aumento de pessoal ocupado concentrou-se no Norte e Nordeste (71% do aumento total). Observa-se um certo declínio da importância de proprietários e arrendatários e um aumento correspondente nas categorias de parceiros e ocupantes.

Em síntese, as informações disponíveis para o primeiro quinquênio desta década apontam para dois processos concomitantes e contraditórios. Por um lado, o direcionamento de recursos estatais para um número mais limitado de produtores modernos teria sido suficiente para manter os níveis de produção e produtividade do setor como um todo, durante o período de crise. Embora ainda não existam informações que permitiriam comprovar essas hipóteses, é provável que esses produtores beneficiados tenham continuado seu processo de modernização tecnológica com a compra de maquinaria e insumos mais atualizados durante o período de crise.

Por outro lado; a atividade especulativa-financeira com recursos creditícios, assim como a incorporação maciça de áreas novas foram arrefecidas. Isto parece ter proporcionado uma certa reabertura do espaço para o minifúndio e para a busca de condições de sobrevivência entre as formas não-capitalistas ou menos organizadas da produção agrícola, especialmente em áreas mais atrasadas. Conseqüentemente, a agricultura parece ter voltado a fazer o papel de biombo, garantindo a sobrevivência de contingentes significativos da população durante o pior momento da crise. Assim, é provável que o ritmo de migração rural-urbano tenha diminuído fortemente durante esse período.

#### c) Recuperação e Supersafras: 1985-89

Após 10 anos em que a produção e produtividade agrícola estiveram praticamente estagnadas<sup>19</sup>, a sucessão de "supersafras" e "quase supersafras" na segunda metade dessa década está surpreendendo os observadores (ver Tabela 3). Notável é o fato de essas mudanças positivas terem ocorrido numa conjuntura externa que, até pouco tempo, era bastante desfavorável. Como foi conseguido esse aumento e quais têm sido suas conseqüências? O caráter recentíssimo dessas tendências e a falta de informações mais estruturadas a respeito dificultam a resposta a tais perguntas. Não obstante, é possível alinhar alguns pontos pertinentes, apoiando-se no recente e importante trabalho de Delgado<sup>20</sup>.

Tabela 3 - Brasil, Produção dos Principais Produtos Alimentares, Lavouras de Matérias-Primas e Produtos de Exportação, 1985-1989

PRODUTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA					Taxa de Crescimento 1984-86 a 1987-89d)
	1985	1986	1987	1988	1989 <sup>c)</sup>	
<b>Produtos Alimentares</b>						
Arroz a)	9 019 357	10 374 030	10 419 029	11 807 242	11 532 000	6,3%
Banana	500 415	505 159	513 115	517 137	-	1,5
Feijão	2 518 378	2 209 188	2 007 230	2 884 032	2 802 000	1,5
Trigo	4 322 845	5 689 680	6 034 586	5 549 466	5 549 000	12,6
Batata Inglesa	1 989 258	1 835 975	2 330 817	2 305 717	-	5,1
Mandioca	23 111 053	25 620 600	23 464 848	21 603 204	-	(1,5)
<b>Matérias-Primas</b>						
Algodão Herbáceo	2 651 971	2 198 027	1 613 073	2 406 363	-	(3,5)
Amendoim	339 254	216 929	196 145	170 465	-	(12,0)
Cana-de-Açúcar	246 622 216	239 178 319	268 741 069	258 560 233	-	3,8
Milho	22 019 725	20 530 960	26 802 769	24 700 904	24 683 000	6,1
<b>Produtos Exportáveis</b>						
Cacau	419 528	458 754	329 266	342 604	-	(6,0)
Café	3 821 292	2 082 811	4 405 416	2 641 632	-	6,5
Mamona	415 879	263 237	103 568	145 547	162 000	(23,0)
Soja	18 278 422	13 330 225	16 968 827	18 049 413	22 475 000	6,8
Sisal ou Agave	290 901	246 418	191 279	189 654	-	(9,2)
Laranja b)	70 994 535	66 872 215	73 568 815	76 471 595	-	3,8

Fonte: - IPLAN/CAA, apud CEPAGRO

Notas = a) produção em 1000 cachos

c) previsão

b) Produção em 1000 frutos

d) não estando disponível a cifra para 1989, utiliza-se a média de 1987-88.

O último semestre de 1984 marcou o início da recuperação econômica, sustentada pelos incentivos à exportação do setor industrial que, a essa altura, já apresentava grande capacidade ociosa. Por sua vez, a dinamização do emprego urbano, seja na indústria, comércio ou serviços, voltou a impulsionar a demanda interna de produtos agrícolas. A programação social do primeiro ano da Nova República enfatizou a melhoria da situação de nutrição e a implementação do Plano Cruzado veio incrementar ainda mais a demanda interna.

Nesse contexto, sem abandonar a política de geração de divisas através do setor agrícola, o planejamento destacou a necessidade de recuperar a oferta interna de bens-salário. Assim, a política agrícola passou a combinar sua já constante preocupação com a exportação de produtos agropecuários e agroprocessados, com a necessidade de atender melhor à demanda crescente do mercado interno. Para tanto, foram pincados alguns elementos da política creditícia da primeira fase de modernização para acrescentá-los a alguns instrumentos testados e aprovados no período da crise. Desta forma, os incentivos à exportação adotados entre 1981-84, à exceção do congelamento da taxa de câmbio durante grande parte da vigência do Plano Cruzado, basicamente persistiram. Para estimular a produção para o mercado interno, foram adotados preços de garantia mais elevados para os produtos da cesta básica, taxas de juros reais negativos do crédito rural (em 86/87), aumentos no volume de crédito disponível para custeio e investimento rural e sustentação das perdas de safra em 1985/86, via PROAGRO. O resultado dessa bateria de medidas produtivas foi o anúncio de uma supersafra em 1985/86 - frustrada pela seca no Centro-Sul - e a realização de uma "supersafra" em 1986/87.

A recuperação do mercado interno em 1985 e 1986 foi considerável. O Plano Cruzado, em particular, elevou o poder aquisitivo da população trabalhadora e, conseqüentemente, expandiu o consumo - a ponto de obrigar a importação de produtos que, aparentemente, sobravam. Isto ajudou a aumentar a oferta na safra seguinte mas, com a nova recessão industrial em 1987, a si-

tuação dos assalariados tornou-se ainda mais desfavorável. O recrudescimento do processo inflacionário e a nova crise recessiva fizeram o Governo retomar as medidas adotadas no auge da primeira crise, notadamente no que se refere ao encarecimento do crédito e à sustentação de uma política de preços ativa. A redução da demanda interna e a perspectiva de elevadas compras de produtos agrícolas pelo Governo fizeram crescer os estoques de arroz, milho e trigo, liberando novos "excedentes" para exportação. Paralelamente, em 1988, pela primeira vez desde o início da década, a sinalização dos preços externos se inverteu devido, basicamente, a uma conjuntura climática desfavorável e à quebra de safra na América do Norte. Conseqüentemente, as safras de 1987/88 e a previsão para 1988/89 são altamente favoráveis, tanto em termos do volume global de produção como dos seus impactos sobre o saldo comercial (ver Tabela 3).

Em suma, a conjugação de diversos instrumentos de estímulo à produção, notadamente para o mercado externo (mas, em determinados momentos, também para o mercado interno), sustentados por uma forte infusão de recursos públicos, tem conseguido manter níveis relativamente elevados de produção e de renda interna do setor agrícola e dos CAIs desde 1985. Paradoxalmente, o nível reduzido do consumo interno de bens-salário tem favorecido o aumento dos saldos comerciais externos; só no período 1985/86 é que o crescimento da massa de salários implicou maior demanda interna, concorrendo assim com o esforço de exportação. Pelo lado negativo, essa política de saldos crescentes, cativos do serviço da dívida, agravou não apenas as condições de abastecimento interno de alimentos básicos, mas foi também fator de agravamento de desequilíbrios financeiros internos<sup>21</sup>.

Quais terão sido as conseqüências dessas tendências agrícolas mais recentes sobre a situação nutricional da população urbana, sobre a fixação do pequeno produtor rural, sobre o emprego no campo e sobre a migração rural-urbana? Infelizmente, inexistem informações confiáveis e generalizáveis a respeito. A título de conjetura, pareceria provável que, na época do Plano Cruzado, a situação nutricional tenha melhorado temporariamen-

te, em razão da elevação real dos salários, da expansão da produção dos componentes da cesta básica e do congelamento de preços. Posteriormente, é provável que tenha deteriorado sensivelmente a situação social das grandes massas populacionais, em virtude da inversão dos mesmos fatores: recrudescimento da inflação e aviltamento dos salários. Isto estaria confirmado pela disponibilidade de um "excedente" de produtos básicos para exportação num país cuja população sofre de fortes carências nutricionais.

Sobre as mudanças na estrutura e nas relações de produção no campo, parece provável que o espaço aberto para formas de produção menos formais durante o auge da crise deve ter voltado a fechar-se. A euforia de incentivos, garantias e produção intensificada deve ter voltado a esquentar o mercado de terras, fazendo com que os "minifundistas" intersticiais, os parceiros, arrendatários e posseiros tenham sido novamente obrigados a migrar em maior número. Atuariam no mesmo sentido a forte reação da direita às ameaças de reforma agrária, a derrota desta na Constituinte, a militarização dos latifundiários e a violência crescente contra militantes da Igreja, de partidos ou de sindicatos que apóiam os "sem-terra". Paralelamente, existem indícios de que a forte migração para a fronteira amazônica - particularmente para Rondônia - na primeira metade da década, ter-se-ia arrefecido a partir de 1986<sup>22</sup>. O resultado final desse conjunto de tendências deve ser a retomada do ritmo de urbanização no final da década.

### 3. AS VÁRIAS FACES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

As transformações descritas no capítulo anterior constituem uma mudança qualitativa no padrão agrícola. As últimas décadas presenciaram uma crescente integração intersetorial de capitais, sob o comando do capital financeiro, que alterou profundamente as bases produtivas. Na interpretação corrente, a dinâmica da indústria teria passado a comandar, definitivamente, o desenvolvimento da agricultura, pois, com o aprofundamen-

to da divisão do trabalho, a agricultura converteu-se num ramo de produção industrial, que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais. Assim, não se pode mais falar numa dinâmica geral da agricultura ou do setor agrícola, porque grande parte das atividades agrícolas estão integradas na matriz de relações interindustriais e agora existem várias dinâmicas, correspondentes a cada um dos complexos particulares. Da mesma forma, perderia qualquer sentido relevante a distinção entre uma burguesia agrária com interesses distintos ou opostos à burguesia nacional<sup>23</sup>.

Tais mudanças vêm sendo apreciadas de forma bastante positiva, embora diferenciada, pelos especialistas. Soa mais otimista a avaliação de Müller. "A partir de 1980, há uma diversificação e intensificação tecnológicas, com uma conduta internacionalizada da agricultura nacional e um aprofundamento do padrão agrário moderno (...). Em 80 não há dúvida de que (...) com a aplicação da ciência moderna houve uma revolução na organização rural, e a supressão do divórcio entre indústria e agricultura"<sup>24</sup>. "No período pós-80, tudo leva a crer que a agricultura dinâmica, modernizada, está em condições de prover a demanda alimentar nacional"<sup>25</sup>. Tudo isso porque nos anos 80 houve "uma intensificação dos componentes modernos onde a modernização já era uma realidade"<sup>26</sup>.

A avaliação de uma equipe da UNICAMP, coordenada por Kagayama, constata que, na perspectiva da sua base técnico-econômica, "a crise atingiu a agricultura em plena maturidade (...). A relativa maturidade do novo padrão agrícola em relação à política de favorecimento financeiro que caracterizou a década de 70 é evidenciada pela análise do desempenho do setor nos últimos anos, em particular as relações com  $o_1 D_1$ "<sup>27</sup>. "A partir do patamar técnico-econômico atingido pelos segmentos integrados aos CAIs, a reprodução da base técnica moderna e a incorporação de inovações tecnológicas deixam de depender tão somente de políticas de crédito subsidiado ou de modernização compulsória (...) passaram a ser assegurados pelos padrões tecnológicos impostos pelas agroindústrias processadoras e pela concorrência

entre as indústrias produtoras de insumos e máquinas agrícolas" 28.

Outros grupos e autores vêm trabalhando na explicitação da "caificação" com resultados comparáveis<sup>29</sup>. A imagem que surge dessas análises é, no geral, bastante alentadora quanto ao grau atual de integração, modernidade e maturidade do CAI brasileiro. Entretanto, a ênfase dada à maturidade e à abrangência desse processo pode levar o leitor desavisado a concluir que o Brasil encontra-se num estágio avançado de desenvolvimento da sua produção agropecuária, tendo as formas modernas e auto-sustentadas de produção penetrado homoganeamente em todas as regiões e setores, com capacidade para competir de igual para igual no mercado internacional e gerar uma prosperidade generalizada para a sociedade brasileira.

De fato, ao enfatizar as transformações profundas havidas no padrão agrícola brasileiro e destacar suas facetas positivas, simultaneamente criticando o romantismo dos defensores de formas "não-modernas" de produção, algumas análises recentes induzem a, ou pelo menos viabilizam, uma avaliação simplificadora do outro pólo extremo. Assim, fortalecem-se, involuntariamente, os posicionamentos político-ideológicos dos setores mais conservadores da sociedade agrária, cujas bandeiras - por motivos distintos - também enfatizam o novo, o empresarial e o grande, em detrimento do atrasado, do improdutivo, do pequeno. Este referencial, por sua vez, é freqüentemente fortalecido pela visão agrônômica que, por sua própria natureza, focaliza questões de produção, produtividade e modernização, sem preocupar-se muito com as implicações sociais de médio e longo prazo das mudanças em curso.

Parece ter sido criada uma espécie de "tipo-ideal" Weberiano do CAI, que não existe como tal na realidade, ou que, no mínimo, faz abstração das enormes variações entre regiões, culturas, produtores e momentos históricos específicos. Continuam existindo sérios problemas quanto à conceituação e operacionalização de "complexo agroindustrial"<sup>30</sup>, o que permite tirar

conclusões divergentes dos mesmos dados. Existe, certamente, um pólo muito dinâmico na agricultura mas apenas 7% de todos os estabelecimentos agropecuários tinham um trator em 1980! A burguesia urbana fechou com a burguesia agrária na Constituinte porque o direito de propriedade estava em jogo, mas nem por isso deve-se confundir UDR com FIESP. A produção de alguns grandes conglomerados é significativa mas muitos deles utilizam a terra apenas para obter recursos subsidiados ou como reserva de valor; por outro lado, os estabelecimentos de menos de 50 ha. ainda contribuíam com 40% do valor da produção total em 1980. Em suma, embora o processo de "caificação" seja inegável e irreversível, o seu significado é passível de discussão. -

Nesse contexto, torna-se necessário reexaminar o processo de modernização agrícola sob uma outra ótica - explicitando não somente as inter-relações econômicas entre modernidade, tamanho e eficiência, como suas dimensões políticas e suas implicações sociais. Ao admitir que a "caificação" constitui um processo generalizado e irreversível, torna-se imperativo avaliar suas conseqüências para os grupos sociais envolvidos e, em última instância, para a sociedade como um todo. Também não se pode deixar de analisar as margens de manobra - se é que existem - dentro dessas tendências "irreversíveis", assim como as prováveis conseqüências de variantes alternativas. A seguir, discutem-se alguns pressupostos mais ou menos implícitos no discurso de alguns dos defensores do atual modelo de modernização agrícola.

#### a) "Big is Beautiful" - A Escala de Produção do Futuro?

A aparente força do neoliberalismo e dos grandes conglomerados, seja ao nível nacional ou internacional, tem ajudado a propagar a crença de que sem escala de produção não há salvação econômica. Daí para a dedução de que não há mais lugar para os pequenos é apenas um passo no discurso político. Em síntese, o argumento é simples. No sistema capitalista há vantagens inerentes à produção em maior escala. Na agricultura brasileira

- "ao longo dos anos sessenta, as pressões de custo sobre os insumos foram elevando os preços da matéria-prima, ajudando a inviabilizar a sobrevivência das unidades menores, utilizadoras de tecnologia menos avançada"<sup>31</sup>. As transformações de tradicional para moderno confrontaram as forças agrárias com mercados fortemente oligopolizados e administrados em bases técnico-econômicas modernas; assim, os mercados competitivos no padrão agrário tiveram que ser redefinidos. Por outro lado, a internacionalização dos padrões produtivos impôs um caráter geral à organização da produção<sup>32</sup>,

Neste novo cenário, não basta terra para poder produzir: é preciso "dispor de capital que permita ao produtor a aquisição e uso de equipamentos e insumos industriais, e de acesso ao sistema de crédito e aos mercados que garantam a reprodução da unidade produtiva"<sup>33</sup>. Além disso, para viabilizar a adoção de novas técnicas, é preciso ser mais informado, ter atitudes empresariais, capacidade de endividamento, e "apresentar condições de tamanho e escala de operação que permitam a rentabilidade dos investimentos realizados"<sup>34</sup>. A própria internacionalização dos padrões produtivos impõe um caráter geral às organizações dos sistemas de produção, independentemente dos aspectos específicos de países e regiões. Isso tudo inviabilizou "toda e qualquer produção que não se enquadrasse no padrão agrário moderno"<sup>35</sup>.

Na verdade, a lógica da vantagem de escala na agricultura brasileira é fortemente atrelada à experiência da soja (protótipo da aplicação do pacote tecnológico da revolução verde) e da cana-de-açúcar (beneficiada pelo PROALCOOL). A expansão mecanizada da soja sobre algumas das melhores terras planas, numa conjuntura interna e externa muito favorável, particularmente entre 1970 e 1975, assim como os fortes subsídios à cana-de-açúcar, distorcem a avaliação das vantagens de escala para o conjunto da agricultura. De qualquer forma, mesmo admitindo que uma maior escala de produção é, ceteris paribus, essencial à prática do capitalismo moderno, a ênfase colocada por alguns autores sobre a associação entre escala, modernidade e eficácia

favorece a inferência, pelos setores mais conservadores, de que:

i) maior é melhor, *ad infinitum*, em todos os setores e ocasiões;

ii) a grande propriedade rural brasileira insere-se, necessariamente, dentro da lógica de produção capitalista;

iii) o pequeno, o não-integrado e o informal devem necessariamente desaparecer no curto ou médio prazo.

Os dois primeiros pseudocorolários citados acima podem ser dispensados a fim de se centrar a discussão no último ponto, que se reveste de maior importância. De fato, a aceitação de que existem vantagens de escala na produção moderna industrializada não permite deduzir que todas as propriedades agrícolas devem ter o tamanho da Fazenda Itamarati, de Olacyr Moraes, no Mato Grosso do Sul; a própria definição de grande e pequeno, ou de tamanho apropriado, varia de acordo com uma série de condições locais e concretas. Da mesma forma, quando se considera que grande parte das maiores propriedades não é objeto de atividade produtiva alguma, não há como sustentar que elas representam o que há de melhor no capitalismo moderno. A propriedade especulativa e ociosa pode fazer parte de uma estratégia de "territorialização de capital" - particularmente quando o próprio Estado favorece esse tipo de empreendimento especulativo - mas nem por isso ser justificável do ponto de vista da sociedade como um todo. Já não se trata de eficácia, escala e produtividade, senão de uma estratégia do capital beneficiado por um Estado complacente ou conivente.

Quanto ao pressuposto de que existe uma tendência inexorável no sentido do desaparecimento da pequena produção, como corolário do avanço do capitalismo integrado e das grandes escalas de produção, trata-se de uma falácia - seja no que diz respeito à economia em geral, ou no que se refere à agricultura em particular. Vários trabalhos documentam a persistência, e até o crescimento, do setor informal e da pequena produção familiar, seja ela urbana ou rural, até em países de capitalismo

avançado. Embora não se possa equiparar genericamente o setor informal urbano com a pequena produção rural, nem o significado de "pequeno" ou "informal" das regiões de economias avançadas com as atrasadas, o ponto a destacar é que a modernização não extingue o pequeno nem a produção familiar; ao contrário, cria necessidades de empreendimentos que apresentem vantagens em termos de flexibilidade, especialização, desburocratização e custos reais de mão-de-obra.

Até recentemente, conforme mostram Osório de Almeida e Mendonça, a expansão de atividades informais ou de pequenos estabelecimentos era percebida como um fenômeno específico, importante principalmente para as economias subdesenvolvidas<sup>36</sup>. Tratava-se, nessa perspectiva, de um desequilíbrio - temporário ou mesmo permanente - no mercado de trabalho. Na realidade, este tipo de atividade, fortemente apoiado no estabelecimento familiar ou domiciliar, não somente continuou existindo nos países subdesenvolvidos, como está em franco processo de crescimento nas economias centrais. Assim, já não se pode tratar essas atividades como emprego disfarçado, locus de mão-de-obra afuncional ou forma de produção não-capitalista. "Nas economias centrais, o desenvolvimento de um setor informal é hoje uma realidade amplamente reconhecida (...). Do mesmo modo que nas economias subdesenvolvidas, também nas desenvolvidas a existência de um setor informal, produto de um desequilíbrio original no mercado de trabalho, acaba gerando uma relação de trocas estáveis com o setor formal"<sup>37</sup>.

Esta visão coincide, em termos gerais, com a análise de Castells e Portes que, recentemente, buscaram na reestruturação do sistema internacional de produção a explicação da existência universal, assim como da recente expansão do setor informal<sup>38</sup>. Basicamente, esses autores sustentam que o aumento da competição internacional tem levado, principalmente nos países desenvolvidos, à descentralização e à busca de maior flexibilidade da produção por meio da intensificação das relações de subcontratação. Esta tendência tem sido reforçada pela reação contra os poderes dos trabalhadores sindicalizados e a regulamentação

do Estado. Por sua vez, o PREALC observa que a crise internacional e as políticas de ajuste adotadas na América Latina produziram uma expansão do emprego no setor informal<sup>39</sup>.

No caso específico da agricultura, não há dúvida de que a pequena produção familiar continua importante, apesar de sua tendência declinante. Essa importância parece ter sumido de vista frente ao alarde recente em torno da "caificação". As próprias dificuldades de conceituação e operacionalização do CAI permitem que se divulguem estimativas exageradas a respeito da importância dos complexos agroindustriais, deixando, em passant, a impressão de que só os grandes estabelecimentos são produtivos. Por exemplo, a estimativa de Müller, de que 20% dos estabelecimentos ligados ao CAI eram responsáveis por 80% do valor da produção, parece não deixar dúvidas quanto às vantagens dos grandes empreendimentos ligados ao CAI<sup>40</sup>. Mas como explicar, então, que os estabelecimentos de menos de 50 ha., dispendo de apenas 12.6% da área total, respondiam por 40% do valor da produção total nesse mesmo ano<sup>41</sup>? Evidentemente, muitos desses estabelecimentos estão organizados em bases mais modernas, utilizam máquinas e insumos e estão plenamente articulados ao setor moderno, inclusive aos CAIs. Em alguns setores - a produção de suínos, frangos, fumo e algodão salta à vista - as próprias agroindústrias preferem reduzir seus riscos, delegando a pequenos estabelecimentos a responsabilidade de produzir sua matéria-prima. Assim, não se pode simplesmente fazer omissão desse importante setor. Por isso Nazareth Wanderley comenta - "... quaisquer que sejam as orientações teóricas e práticas dos estudiosos e pesquisadores da Questão Agrária, uma constatação parece se impor a todos: a pequena produção familiar continua presente no cenário das forças sociais atuantes no meio rural, responsável por parte considerável da produção agrícola"<sup>42</sup>.

A lógica dessa continuada permanência é múltipla, em primeiro lugar, porque se trata de uma categoria social muito heterogênea, diferenciada por fatores como forma de acesso à terra, tipo de cultura, nível de tecnologia, nível e tipo de integração com o mercado, localização, etc. Ao nível dos agrega-

dos, porém, um fato continua invariável: mesmo com um processo de tecnificação mais precário, a pequena produção faz um uso mais intensivo de todos os fatores à sua disposição, aproveita uma parcela maior de sua terra, emprega mais mão-de-obra e tem uma produção por hectare muito maior do que os conglomerados e latifúndios<sup>43</sup>.

É claro que esse maior aproveitamento dos fatores deriva da maior exploração da mão-de-obra familiar, não significando necessariamente um fator de conotação social positivo. Mas é essa realidade que explica a persistência de formas "não-modernas" em todos os setores e até nos países de economia avançada. É também essa realidade que continua justificando o valor social da pequena produção: em 1980, os estabelecimentos de menos de 50 ha., com 12,6% da área total, abrangiam 87% de todo o pessoal ocupado na agropecuária. Na agricultura, existem aspectos adicionais que favorecem a pequena produção. A natureza do "risco" que permanece na agricultura, por mais moderna que seja a forma de produção, diferencia o empreendimento capitalista neste setor. Os fatores climáticos são sempre imprevisíveis e apenas parcialmente compensáveis pela tecnologia existente. As pestes, pragas, fungos e bactérias estão sempre evoluindo. A tentativa de minimizar tais riscos, inclusive, explica a preferência de vários conglomerados por pequenos produtores no fornecimento de matéria-prima.

Por outro lado, a industrialização do processo produtivo, em muitas culturas, não conseguiu eliminar a importância do saber camponês e do acompanhamento diário da produção. Como comenta Wanderley no caso do algodão em pleno Estado de São Paulo: "contrariamente ao que se poderia supor, a modernização da cultura não eliminou, pelo contrário, acentuou a necessidade de um saber camponês, fruto de seu contacto e observação diuturnos de sua terra e de sua cultura... Mesmo empregando a tecnologia mais sofisticada, só o olhar atento e o conhecimento particularizado que o agricultor tem de seu ofício é capaz de precisar a solução oportuna para cada caso"<sup>44</sup>. Mutatis mutandis, essa observação certamente vale para um sem-número de outras culturas

e situações.

Outro fator que exige melhor especificação do que significa exatamente "vantagem de escala" na agricultura advém do fato de que tais vantagens parecem ser incisivas apenas em algumas culturas e regiões, notadamente naquelas que permitem a utilização extensiva de máquinas. Isto é, sem dúvida, o caso da maior parte da área agricultável da América do Norte e de algumas regiões brasileiras. Entretanto, grande parte do terreno e topografia brasileiros, assim como várias culturas, ou impedem a utilização de tratores, rotores, colheitadeiras e outros implementos modernos, ou exigem maior intensidade de mão-de-obra - o que não significa necessariamente ausência de capital.

É interessante que a visão de que é necessário ser grande para ser eficiente não corresponde nem à perspectiva da literatura internacional neoclássica. Sem entrar numa longa discussão a respeito, a observação de Hayami e Ruttan - dois respeitados especialistas em economia agrícola de formação, postura e raciocínio neoclássicos - é pertinente, pois baseada numa extensiva revisão da literatura internacional:

"Já existe um grande acervo de dados que sugerem que os pequenos produtores fazem um uso mais eficiente da terra disponível do que os grandes fazendeiros (...). Em vista da informação disponível, constitui-se num grande enigma tentar entender por que tanto os planejadores e decisores em agências internacionais de desenvolvimento continuam céticos a respeito da eficiência da pequena produção"<sup>45</sup>.

Finalmente, é preciso recordar que a definição daquilo que constitui "grande", "pequena" ou "média" propriedade pode variar muito de acordo com os contextos históricos, espaciais e temporais, e as condições tecnológicas prevaletentes. Surpreenderia muito o agricultor brasileiro saber que no Nepal as propriedades acima de 5 ha. são consideradas grandes e que na Indonésia os lotes distribuídos em projetos de colonização bem sucedidos têm módulos de 2 a 5 ha.<sup>46</sup> É claro que o tipo de cultura, so-

lo, tecnologia, organização social e necessidades são diferentes dos que prevalecem no Brasil, mas também existem grandes diferenças internas entre as próprias regiões do País. O importante a reter é que existem tecnologias que não exigem centenas de hectares para ser economicamente viáveis.

A constatação de que a pequena produção familiar individualizada apresenta vantagens comparativas em algumas áreas ou setores, ou de que ela poderia alcançar maior escala, não deve dar margem a qualquer expectativa de que ela venha a constituir o modelo agrícola do futuro. Graziano fez, recentemente, uma avaliação realista dos diferentes papéis da pequena produção - como produtora de alimentos e matéria-prima, e como reserva de mão-de-obra<sup>47</sup>. Suas conclusões mostram que, embora continue significativa a participação da propriedade familiar, sua importância vem-se reduzindo rapidamente, tanto como produtora quanto como fornecedora de mão-de-obra.

Por outro lado, embora seja démodé discutir essas questões, continua possível conceber outros arranjos da estrutura produtiva que aproveitem as vantagens da propriedade familiar pelo lado da oferta de trabalho, para aumentar a produtividade. As estruturas cooperativistas poderiam funcionar com maiores vantagens para os pequenos produtores, enquanto outras formas associativas quase não têm sido experimentadas. Algumas experiências realizadas demonstram não somente capacidade de produção, como forte participação no mercado de equipamentos, insumos e máquinas, além da geração de ICM<sup>48</sup>. As dificuldades de generalizar tais experiências têm, evidentemente, um aspecto técnico, mas apresentam também importantes facetas políticas; não é mera coincidência que a ação das forças conservadoras tenha-se concentrado na condenação de todos os princípios coletivos de trabalho, produção e propriedade. Estudos mostram que, na pior das hipóteses, o acesso a um pedaço de terra representa um ganho imediato de renda<sup>49</sup>, que em todas as regiões do País os pequenos produtores estão em melhor situação que os assalariados rurais<sup>50</sup>, e que a perda de um lote implica uma perda importante no padrão de vida<sup>51</sup>. Tais constatações deveriam moti-

var mais experiências associativas, visando à produção modernizada; mas, para isso, seria preciso apoio político - objeto de discussão do próximo capítulo.

b) "Big is Efficient". Primeira Parte: Pressão, Privilégios e Papel do Estado.

A análise do papel do Estado na modernização agrícola situa-se no contexto de um debate mais amplo sobre a função do Estado na economia e na sociedade moderna. Essa discussão mais abrangente é repleta de ambigüidades e de lances curiosos. Curioso, por exemplo, é ver o desempenho daqueles setores que mais têm-se beneficiado do sistema econômico predominante desde meados da década de 60 (denominado por uns como de "capitalismo cartorial"<sup>52</sup>, e por outros como de "socialismo às avessas"<sup>53</sup>) contra a participação do Estado na economia. Mais fascinante ainda é observar que esses mesmos setores, tão críticos da interferência do Estado, continuam serenamente exigindo e aproveitando as benesses do Estado, em forma de incentivos, subsídios, tratamentos preferenciais, infra-estrutura, etc. Como observa Faria: "Consolidou-se um amplo e diversificado arco de interesses burgueses que tanto se associa ao capital internacional quanto critica, à noite, o Estado com o qual se associou e no qual buscou proteção e subsídios, durante o dia; que se organiza de forma competente e avançada para competir no exterior e protesta com os tímidos avanços da legislação social; que conhece o lucro mas teme o risco; que condena o direito de greve e os "encargos" sociais mas sabe associar-se num sem-número de poderosas organizações e associações de classe"<sup>54</sup>.

A redução, característica dos últimos anos, da discussão de modelo econômico ao binômio liberalismo "versus" estatização, é particularmente acentuada no contexto agrícola. O argumento central das forças conservadoras contrasta a "competência do produtor à corrupção e estatismo do governo"<sup>55</sup>. Entretanto, a tão propalada eficiência do produtor "caificado" se dissipa muito, diante da constatação de seu grau de dependência para com o Estado em todas as fases de modernização e em quase

todas as etapas do processo produtivo. Durante as várias fases da modernização, os incentivos e subsídios têm dinamizado, em grau maior ou menor, a compra de sementes, insumos e máquinas e, de modo geral, têm viabilizado o processo de acumulação - mesmo em circunstâncias em que não houve mudança no processo produtivo (e até onde não houve produção nenhuma, como em muitos dos projetos agropecuários financiados por incentivos fiscais no Norte e Nordeste)<sup>56</sup>. Além disso, a atuação do Estado tem sido fundamental na área de pesquisa tecnológica, no fornecimento de assistência técnica e de infra-estrutura, na garantia de preços e de taxas de câmbio favoráveis, no seguro da safra contra as intempéries, na geração, implementação e subsídio de programas especiais de toda natureza - inclusive o PROALCOOL - em suma, na viabilização do lucro na atividade agrícola realizada por grandes empresas. Importante é ressaltar que essa dependência não se refere apenas ao passado. O argumento de que os CAIs estão numa fase de "maturidade" com relação aos incentivos e estímulos estatais aplica-se a uma situação potencial, e não a uma realidade consumada.

A característica central deste auxílio multifacetado do Estado tem sido sua distribuição desigual por setores, culturas, regiões, grupos sociais e, sobretudo, grupos econômicos. Ao constatar que apenas um pequeno número de produtores foi alcançado - ao contrário do que ocorreu nos países centrais - Müller atribui tais diferenças "ao dinamismo particular de cada economia"<sup>57</sup>. Na realidade é um pouco mais que isso: a concentração dos meios modernos de produção e de acesso aos favores estatais, na agricultura brasileira recente, reflete, e perpetua, uma estrutura social profundamente desigual. Face às limitações inerentes de recursos públicos, sua alocação passa necessariamente por um processo de leiloamento entre os diversos lobbies que intermediam o gasto governamental no setor. Evidentemente, o poder de fogo dos lobbies representantes dos capitais mais integrados é avassalador. O problema crescente situa-se, não ao nível de dicotomias entre a capacidade de pressão respectiva de grandes/pequenos, modernos/tradicionais ou integrados/não-integrados, senão entre grupos representantes

dos diversos complexos agroindustriais. Assim, o Estado "passa a ser literalmente apropriado, não apenas pela burguesia enquanto classe proprietária dos meios de produção, mas por lobbies de interesses específicos deste ou daquele ramo de atividades, forçando uma balkanização (ou feudalização) do próprio aparelho governamental"<sup>58</sup>.

A dependência do CAI para com o Estado e a força de sua pressão é ressaltada também por Müller: "estes setores apresentam-se fortemente organizados em sindicatos patronais e atuam em mercados acentuadamente oligopolizados. São setores que dependem diretamente de políticas creditícias dirigidas à agricultura, o que os leva a operar como grupos de pressão (...), impelindo-os a influenciar a formulação de políticas monetária, fiscal, salarial, cambial e relativas ao comércio interno e externo. (...). Em virtude do tamanho de suas plantas e de sua fome voraz por mercados, a formulação das políticas estatais é crucial e repercute imediatamente sobre a performance de suas atividades. (...). Aqui se observa com cristalina transparência a politização dos processos econômicos de acumulação de capital no país..."<sup>59</sup>.

Diante dessas constatações da manipulação do Estado pelos setores oligopólicos e do volume de recursos efetivamente repassados de forma direta e indireta aos setores "caificados", a eficiência econômica desse setor fica questionável e a reclamada desestatização torna-se uma farsa. "Na maior parte das vezes, e nos setores mais importantes do capitalismo agrário, a tão propalada eficiência da empresa capitalista na agricultura nada mais é que a expressão do seu poder em obter auxílio do Estado sob as diversas formas"<sup>60</sup>. Ou seja, a eficiência dos grandes empreendimentos é, em grande parte, uma eficiência política e não econômica.

Por outro lado, não se poderia propor a retirada da influência do subsídio do Estado no estímulo à produção agrícola, sob o risco de estagná-la. Até nos países de capitalismo avançado, estima-se que o subsídio à produção agropecuária é três

vezes maior que à produção industrial<sup>61</sup>. Entretanto, a força e diversidade das pressões no Brasil, a conseqüente "balkanização" das políticas agrícolas e o volume de transferências constituem uma ameaça à progressão mesmo desse modelo concentrador. Isto porque, apesar da forte infusão de recursos no setor, eles são insuficientes para atender às exigências dos lobbies e investir em setores-chaves para a evolução futura da agricultura - como, por exemplo, o da pesquisa tecnológica.

Essa situação é ressaltada nos trabalhos de Gasques et alii, e de Delgado, que analisam o gasto público no setor agrícola durante os anos de 1986 e 1987<sup>62</sup>. O resultado central dessas análises, resumido na Tabela 4, mostra a elevada quantia despendida pelo Estado em programas de curto prazo. Estes gastos - "provendo subsídios à produção, ao consumo interno, à agroindústria, à exportação, ao crédito, etc., apresentam pressões deficitárias da ordem de 3.5 bilhões de dólares nos dois exercícios, 1986 e 1987, valores que estão na faixa de 1,4% do PIB global"<sup>63</sup>. Os déficits no subsídio ao trigo e ao setor suco-alcooleiro são particularmente notáveis, tendo sido responsáveis por cerca de 60% desses totais.

Em suma, o processo de "caificação" do padrão agrícola, por mais que o observador seja propenso a esposar o capitalismo moderno e integrado como a forma mais eficaz de ~~atingir~~ o progresso econômico e o bem-estar social no Brasil de hoje, parece estar ainda muito longe do desejável. Não somente a dependência da agropecuária brasileira sobre o Estado continua muito elevada - característica de certa forma comum também aos países de capitalismo avançado - mas também as formas dessa dependência refletem claramente os contornos de uma sociedade concentradora, fortemente desigual, e acostumada a ter no Estado o único tomador de risco. Assim, o acesso às benesses do Estado não é determinado pela capacidade e performance produtiva, senão regulado pelo poder de pressão dos diferentes segmentos de um pequeno subgrupo dominante. Ademais, conforme será visto mais adiante, mesmo com todas as vantagens e incentivos recebidos, a produtividade agrícola situa-se em patamares in-

TABELA 4 - DISPENDIOS GOVERNAMENTAIS COM ALGUMAS POLITICAS AGRICOLAS , 1986/1987

(1000 DOLARES)

ESPECIFICACAO	1986			1987		
	DISPENDIOS TOTALIS	COM. DE PRODUTOS AGROPECUARIOS	DISPENDIOS EFETIVOS	DISPENDIOS TOTALIS	COM. DE PRODUTOS AGROPECUARIOS	DISPENDIOS EFETIVOS
1. TRIGO-Aquisicao de Trigo e Triticale	2.385.376,0	608.740,4	1.776.635,6	2.130.859,6	425.077,1	1.704.982,5
2. CREDITORIAL-Equalizacao de Encargos Financeiros(1)	43.282,1		43.282,1	608.556,9		608.556,9
3. ESTOQUES REGULADORES	596.570,7	222.285,0	374.285,7	415.545,3	106.584,8	308.960,5
4. AGF-Aquis. de Produtos Agricolas(2)	388.308,6	260.571,3	127.737,3	(nao disponivel)	(nao disponivel)	898.476,1
5. PROAGRO	443.603,5		443.603,5	138.124,8		138.124,8
6. PROASAL-Programa de Apoio ao Setor Suco Alcoolero	1.037.447,3	503.003,7	534.443,6	1.235.607,7	402.764,0	832.843,7
6.1 Saneamento Financeiro de Usinas de Acucar e Alcool	108.366,3		108.366,3	90.510,5		90.510,5
6.2 Amortiz. Encargos de Financ. da Divida Interna do IAA	2.846,3		2.846,3			
6.3 Amortiz. Encargos de Financ. da Divida Externa do IAA	146.998,5		146.998,5	66.172,5		66.172,5
6.4 Apoio Financeiro a Lavourea Suco-Alcoolera	3.479,9		3.479,9			
6.5 Aquis. de Acucar para Exportacao e Beneficiamento	529.780,4	447.399,3	82.381,2	774.684,5	315.516,3	459.168,2
6.6 Politica de Preço Nac. Equalizado do Acucar e Alcool	237.553,1	55.604,4	181.948,7	294.671,6	87.247,7	207.423,9
6.7 Coord., Controle e Adm. do IAA	9.230,8		9.230,8	9.568,5		9.568,5
7. RESSARC. DE INVESTIMENTOS (DL.2032/83)	7.355,3		7.355,3			
<b>T O T A L</b>	<b>5.939.398,7</b>	<b>1.594.600,4</b>	<b>3.307.343,1</b>	<b>4.519.896,2</b>	<b>35.949,7</b>	<b>4.483.946,5</b>

FONTE: Apud Gasques et alii (1988) p. 35

ternacionais não-competitivos para muitos produtos. A própria estrutura da pressão colocada em cima do Estado, nos últimos anos, tem sido tão voltada para medidas conjunturais, visando ao lucro de curto prazo, que se tornou autofágica. Ou seja, os programas de médio e longo prazos, que poderiam viabilizar maior competitividade agrícola no futuro, têm sido praticamente negligenciados em razão da voracidade imediatista<sup>64</sup>. Presumivelmente, o poder público será chamado, mais uma vez, a colaborar com uma grande infusão de recursos emergenciais, para remediar essa situação.

c) "Big is Efficient", Segunda Parte: Produtividade e Crise Agrícola

Outro aspecto que contraria o argumento da eficiência econômica incondicional do CAI brasileiro é o progresso reduzido conseguido pelo conjunto da agropecuária brasileira no que diz respeito à produtividade. Nenhum dos estudiosos interessados na questão agrícola negaria o aumento significativo da produção agropecuária brasileira nas últimas décadas. Costuma-se associar esse incremento à maior produtividade, mas vale a pena examinar essa questão mais detalhadamente.

Quanto ao aumento da produtividade do trabalho, não pode haver dúvidas de que tem havido um aumento substancial desse indicador, proporcionado inclusive pela expulsão de 30 milhões de pequenos produtores, trabalhadores rurais e seus familiares, entre 1960 e 1980. Graziano retoma um argumento clássico ao afirmar que esse seria o indicador mais importante: "não é imperativo dessa maneira que os rendimentos físicos cresçam quando há expansão da área trabalhada por pessoa"<sup>65</sup>. Num país onde sobra mão-de-obra, porém, essa tese é bastante discutível; levada ao extremo, exigiria a disponibilidade de uma fronteira ilimitada de terras agrícolas aproveitáveis para aumentar a produção e evitar o êxodo rural. Assim, o rendimento físico por hectare cultivado e/ou disponível continua sendo muito pertinente para a avaliação das transformações reais e das poten-

cialidades futuras, malgrado suas conhecidas limitações.

Neste sentido, é interessante assinalar que estudos independentes da evolução da produtividade brasileira mostram que:

a) o aumento da produção agropecuária brasileira tem sido - e continua sendo - atribuível, em parte majoritária, ao aumento de área plantada,

b) o aumento de produtividade por hectare concentrou-se em um período relativamente curto e limitou-se a ele; e

c) o rendimento físico da agricultura brasileira em geral continua muito baixo em comparação com os parâmetros internacionais. Senão, vejamos.

Trabalho recente de Graham, Gauthier e Barros<sup>66</sup> examina o crescimento agrícola durante o período 1950-80 e mostra que, à exceção do café e cacau, o aumento do rendimento físico da agricultura brasileira tem sido insignificante: no caso do cacau, o avanço deve-se exclusivamente ao crescimento conseguido na década de 70. As três culturas com o maior aumento do produto - soja, laranja e trigo - registraram um crescimento enorme de área cultivada, mas aumentos de produtividade insignificantes. Os autores também assinalam que o padrão de produtividade observado para a década de 70 - portanto, durante o auge da modernização via crédito subsidiado - é similar àquele que prevaleceu durante o período 1950-80 como um todo. No caso das culturas de consumo basicamente doméstico - milho, arroz, feijão, mandioca - não se observam aumentos de produtividade: em alguns casos, inclusive, nota-se um declínio alarmante de produtividade.

Tais resultados coincidem, em linhas gerais, com os de outro trabalho recente realizado pelo CEDEPLAR, para o período 1970-85<sup>67</sup>. A principal constatação desse trabalho, no que tange à produtividade, é a de que quase todo o aumento se concentrou no período 1970-75; mais especificamente, 80% de todo o acrés-

cimo do rendimento físico da produção agrícola durante o período 1970-85 concentraram-se no quinquênio 1970-75! Por outro lado, do crescimento absoluto de 119% da produção de grãos entre 1970-85, apenas 46% se devem ao fator produtividade, sendo que 73% são atribuíveis ao fator área. A partir de 1975, tanto a expansão de área como a produtividade perderam dinamismo. Observa-se que, quando a característica histórica da agricultura brasileira de crescimento extensivo voltou a se reafirmar (isto é, depois de 1975), foi através da incorporação de áreas inferiores e mais distantes, para as quais o custo do transporte afeta não somente o escoamento do produto, mas também o fornecimento de insumos necessários ao aumento da produção e produtividade.

É verdade que, conforme mostrado anteriormente, a década de 80 tem apresentado ganhos de rendimento físico, até para produtos de consumo básico. Entretanto, trabalho recente da Coordenadoria de Agricultura do IPLAN mostra que o Brasil continua com uma produtividade bastante inferior aos demais produtores dos principais grãos comercializados<sup>68</sup>. As diferenças são particularmente significativas no milho, arroz e trigo mas, mesmo na soja, a inferioridade, com relação aos EUA, onde são produzidos 85% da soja mundial, é, na média, superior a 20% durante o período 1977-86. O trabalho do IPLAN também destaca outro fator preocupante - o crescimento muito lento do rendimento físico das principais culturas. No caso da soja, por exemplo, a produtividade está estagnada. "Este aspecto, associado aos baixos valores absolutos, tende a colocar o Brasil cada vez mais distante em relação aos principais produtores. Significa dizer, também, que a manutenção do comércio exterior no futuro poderá ser viabilizada apenas através de elevados subsídios às exportações"<sup>69</sup>.

A falta de competitividade da produção agrícola brasileira é particularmente preocupante quando colocada no contexto da atual crise agrícola ("farm crisis") internacional<sup>70</sup>. Esta tem um aspecto nitidamente econômico e fortes implicações para a questão ecológica. Essencialmente, a atual crise agrícola in-

ternacional tem suas raízes no colapso da hegemonia dos EUA na ordem internacional de alimentos durante a década de 70. A competição crescente de outros países, particularmente a do Mercado Comum Europeu, tem produzido uma guerra de preços que afeta negativamente países exportadores como o Brasil, ao mesmo tempo em que ameaça a segurança alimentar da maioria dos países do Terceiro Mundo. A geração de fortes excedentes, tanto nos EUA como na CEE, as barreiras não-tarifárias, os acordos voluntários de restrição às exportações, a cartelização de exportadores, os acordos bilaterais excludentes, etc., só fizeram aumentar a participação dos países avançados nas exportações agrícolas mundiais<sup>71</sup>. A crescente internacionalização dos sistemas alimentares produzidos pela reestruturação da economia global significa que os reflexos dessa crise serão cada vez maiores para a produção, para os preços e para a renda agrícola dos países em desenvolvimento.

Nos próprios países de capitalismo central, a crise agrícola tem produzido uma crise econômica com características estruturais, seguida da falência de empreendimentos capitalistas, de retornos decrescentes sobre o capital e do declínio de comunidades rurais. Embora alguns países do Terceiro Mundo, notadamente o Brasil, tenham conseguido sobreviver a essa crise, graças à retração do mercado interno e à forte infusão de subsídios à exportação, eles não têm condições de enfrentar uma guerra comercial no médio prazo. A competição crescente nos mercados externos acaba se refletindo nos mercados domésticos. Essa crise estrutural não tem previsões nem prazos para acabar.

O destino da safra 1988-89 ilustra bem esse dilema. Mal anunciada a nova supersafra, várias classes de produtores agrícolas iniciavam outra marcha sobre Brasília para exigir que o Governo bancasse preços e garantias. Sem capacidade de competir no mercado externo e com um poder de compra limitado no mercado interno, as supersafras se tornam uma vitória pírrica que, para ser repetida no ano seguinte, exige a transferência líquida de recursos públicos aos produtores.

Um outro elemento que pode vir a agravar a crise agrícola mundial e, conseqüentemente, a competitividade relativa da agricultura brasileira é a evolução da estrutura agrária na União Soviética. As mudanças em curso naquele país deverão alterar radicalmente, no médio prazo, a sua posição de comprador de alimentos no mercado mundial. Ipso facto, a luta pela colocação de excedentes no mercado mundial deverá ser intensificada. Nesse contexto, as vantagens tecnológicas e edafo-climáticas dos países do Hemisfério Norte emfraquecem muito as perspectivas de que o Brasil possa se tornar um país crescentemente exportador de grãos. À exceção daqueles produtos onde o Brasil tem vantagens comparativas (em geral na área de frutíferas), tal modelo somente poderá ser viabilizado com subsídios crescentes à exportação.

Nessas circunstâncias, o mercado interno poderia, potencialmente, vir a dinamizar a produção agrícola. Mas isto só ocorrerá se o padrão agrícola se tornar ao mesmo tempo moderno e redistributivista. No limite, uma nação que não modernize sua produção agropecuária poderia até satisfazer suas necessidades de forma mais eficaz através da importação. Mas, por outro lado, se ela apresentar uma modernização crescentemente concentradora, em que se acentuam progressivamente as desigualdades sociais, ela não poderá contar com o mercado interno para dinamizar seu processo produtivo. Sem condições de competir no mercado internacional e com um mercado interno sufocado pelo baixo poder de compra das massas, as perspectivas de desenvolvimento se tornariam cada vez mais difíceis. O fortalecimento do mercado interno exige, portanto, pensar no progresso da agricultura como parte integrante do desenvolvimento, não só da economia, mas da sociedade como um todo. Nessa ótica, pode interessar mais a tentativa de capitalizar e tecnificar produtores rurais do que transformá-los, via êxodo rural, em consumidores sem renda. Interessa também o fortalecimento do poder de compra das massas urbanas. Como isso passa, por definição, pela questão dos salários e empregos, a provocação da emigração rural por modelos agrícolas concentradores e o inchamento desordenado das cidades acabam constituindo um forte empecilho ao

desenvolvimento.

A atual crise agrícola também tem fortes implicações ecológicas na medida em que os esforços para intensificar a produção tiveram efeitos negativos, diretos e indiretos, sobre o meio ambiente. Sem entrar nesse debate a fundo, a discussão do modelo agrícola não pode ser levada adiante sem o reconhecimento de que o próprio padrão tecnológico atual está em crise, até nos países onde foi lançado<sup>72</sup>. Existem claras evidências de que os incrementos maciços de produtividade agrícola estão diminuindo ou estagnando, mesmo nos países desenvolvidos<sup>73</sup>. A preocupação com a nocividade da mecanização e a utilização de insumos químicos do pacote tecnológico prevalecente para o solo, os rios, a fauna, a flora e o próprio organismo humano - particularmente em vista da necessidade de doses cada vez maiores de fertilizantes e defensivos - têm gerado uma polêmica mundial. A degradação de solos e a ocorrência generalizada da erosão são piores justamente naquelas áreas onde o pacote tecnológico obteve mais êxito, isto é, nas áreas de monocultura extensiva. A situação atual de grande parte do Paraná prenuncia um desastre ecológico ainda mais grave nos cerrados, que servem atualmente de showcase para a agricultura "caificada".

Até a intensificação da produção animal está criando sérios problemas, particularmente em termos da poluição de rios, em regiões mais densamente povoadas. Por outro lado, os recursos necessários para a manutenção dos níveis de produtividade alcançados crescem a ritmos geométricos<sup>74</sup>. Em alguns países, particularmente os da Europa Ocidental, onde a ideologia da pequena produção agrícola persiste, a preservação do meio ambiente está constituindo um dos argumentos mais fortes a favor dessa classe de produtores<sup>75</sup>.

#### d) Urbanizar é Preciso

Um dos argumentos mais freqüentemente utilizados pelos defensores do modelo prevalecente de modernização - quando con-

frontado com suas inconveniências sociais, particularmente o êxodo rural - é o da inevitabilidade do processo de urbanização, nos moldes em que ocorreu em países como os EUA e o Canadá. Nesse aspecto, coincide, mais uma vez, a opinião de uma parte do setor técnico com a das forças rurais conservadoras:

- "Não podemos ir contra o que deu certo: no mundo inteiro é a diminuição da população do campo, o aumento da tecnologia, da produtividade por hectare e o aumento da renda. Mecanização da agricultura com pouca gente no campo. Nos Estados Unidos, chegou-se à proporção de 4% da população no campo" 76.

- "A migração rural-urbana é consequência dos fatores de atração das cidades..." 77.

Subjacente a essa argumentação - ignorando, por enquanto, as considerações nitidamente políticas que a motivam em certos setores - está a idéia de que no contexto de uma crescente industrialização das atividades agrárias, os processos de produção precisam-se racionalizar e modernizar. Isto implica maior produtividade do trabalho e, portanto, liberação maciça de mão-de-obra que, fatalmente, deverá dirigir-se às cidades: "A tendência a prosseguir e intensificar a industrialização do campo (...) e os esforços econômicos, sociais e políticos que isto irá requerer tenderá a deixar de lado milhões de estabelecimentos e pessoas como inteiramente dispensáveis" 78. Nas cidades, conforme ocorreu nos países ocidentais desenvolvidos, os migrantes deverão encontrar sustento nos setores industriais ou em outros setores dependentes do dinamismo industrial moderno.

Entretanto, esse tipo de comparação entre países como o Brasil e os ocidentais desenvolvidos é inadequado, pois os processos, tanto de modernização como de migração rural-urbano, estão ocorrendo em contextos históricos diferentes. Primeiro, a estrutura fundiária de países como os EUA ou Canadá, no período que antecedeu aos seus respectivos processos de moderni-

dernização, refletia uma organização social muito mais igualitária. Segundo, o desenvolvimento tecnológico, nesses países, realizou-se progressivamente, em um período de quase 50 anos, como resultado da inovação e experimentação interna (e não da importação de pacotes fechados a serem adaptados). A Revolução Mecânica começou, naqueles países, na década de 20 e, embora tenha promovido uma emigração rural, esta teve uma natureza gradual. Como a mecanização gradual do campo surtiu efeitos positivos sobre a indústria, a expansão de oportunidades econômicas nas cidades (à exceção, obviamente, do período de Depressão) podia acompanhar o ritmo da emigração. A Revolução Química, que ocorreu no início da década de 60, apenas complementou a profunda transformação já em curso para uma agricultura mais moderna e intensiva em capital. Embora essa nova tecnologia tenha provocado mais migração para as cidades, seus efeitos foram, novamente, mais graduais e compensados pelas transformações ocorridas nas cidades desses países de economia avançada.

Em países como o Brasil, as Revoluções Mecânica e Química ocorreram ao mesmo tempo e se superposicionaram a uma estrutura produtiva, que havia chegado na década de 60 com uma tecnologia agrícola rudimentar em grande parte do País. Além do mais, a organização social tradicionalmente orientada para privilegiar as elites e a estrutura fundiária já altamente concentrada, junto com a introdução do novo pacote via um regime conservador, tornaram os efeitos sociais dessa introdução abrupta de tecnologia moderna mais explosivos. Mas o País estava também atravessando uma Revolução Demográfica (isto é, crescimento acelerado provocado por taxas declinantes de mortalidade e taxas estáveis de fecundidade), que os países desenvolvidos nunca conheceram. Conseqüentemente, tanto as áreas rurais como urbanas estavam gerando um estoque populacional difícil de ser absorvido nas atividades produtivas - mesmo que não se tratasse de um país subdesenvolvido. Finalmente, e talvez mais importante, todas essas transformações estavam ocorrendo aqui em condições típicas de subdesenvolvimento - o que significa não somente a presença de obstáculos constituídos pela organização

social interna altamente estratificada, mas ainda de condições concretas de dominância e dependência numa ordem internacional também estratificada. Basta olhar a questão da dependência tecnológica e a quase-total impotência de países como o Brasil no que se refere à flutuação dos mercados externos.

Em resumo, os fatores condicionantes do êxodo rural recente no Brasil não são comparáveis àqueles verificados nos países desenvolvidos no auge de sua modernização. A expulsão de quase 30 milhões de pessoas do campo, em 20 anos, é impressionante, particularmente quando se considera que 38 milhões de pessoas continuam morando na área rural. A indústria brasileira tem tido um crescimento excepcional nos últimos anos mas, apesar disso, seu dinamismo tem proporcionado emprego satisfatório apenas a um segmento minoritário do excedente que se dirige às cidades.- Por outro lado, o ritmo e a forma de urbanização e de metropolização causam preocupações<sup>79</sup>.

Outro aspecto preocupante ligado à crescente urbanização é a produção e distribuição de alimentos. Embora não existam dados atualizados, tudo leva a crer que a situação nutricional e alimentar da população brasileira, no final da década de 80, ainda é muito parecida com aquela encontrada pela ENDEF em 1975; ou seja, cerca de dois terços da população estão em estado maior ou menor de subnutrição.

Tradicionalmente, a pequena produção sempre teve um papel primordial na alimentação da população brasileira, seja para autoconsumo da grande massa de pequenos produtores, seja pela produção de um excedente de alimentos básicos que passou a sustentar as crescentes massas urbanas. Com o processo de modernização, quase 50 milhões de produtores rurais foram transformados em consumidores urbanos - sendo a grande maioria deles de baixa renda.

O ideal, na perspectiva de alguns defensores do atual modelo de modernização, seria que esses ex-produtores, assim como o restante das massas urbanas, adquirissem novos hábitos ali-

mentares e aprendessem a consumir os produtos industrializados gerados pelas cadeias do complexo industrial. Afirmam que: "A urbanização traz, assim, substanciais mudanças de hábitos de consumo, na direção do que ocorreu nos países avançados"<sup>80</sup>. Só que grande parte das massas urbanas, nativas ou migrantes, não têm com que comprar os novos produtos que são consumidos pelos povos dos países avançados, por falta de renda e pelo preço cobrado pelos produtos. "A política agrícola tem até o momento enfatizado a expansão da produção como forma de diminuir o preço interno dos alimentos. Por trás desta estratégia está o diagnóstico da insuficiência de oferta de produtos agrícolas. Ocorre que a própria mudança na base técnico-econômica da agricultura brasileira implicou uma sensível mudança no processo de formação de preços agrícolas, os quais se tornaram relativamente mais rígidos para baixo em função da monetarização dos seus custos de produção. (...) E os produtores não aceitam preços de mercado inferiores aos seus custos acrescidos de uma margem de lucro considerada remuneradora do capital envolvido na produção"<sup>81</sup>.

Portanto, os níveis elevados de subnutrição deverão ser mantidos ou mesmo aumentar, apesar de Müller garantir que "já no período pós-1980, observa-se que a agricultura dinâmica, modernizada, está em condições de prover também à demanda alimentar nacional"<sup>82</sup>. A capacidade produtiva não encontra eco na capacidade de consumo, em virtude da má distribuição de renda que o próprio modelo de modernização agrícola intensifica. Como esse mesmo autor reconhece, "...a política de "confisco" salarial e a ausência de qualquer política em relação à realidade de 60% da população estar em algum nível de subnutrição devem ter desempenhado papel importantíssimo nos graus de modernização mínimos que tiveram os produtos alimentares básicos produzidos em estabelecimentos de diminuto e pequeno portes"<sup>83</sup>. Portanto, não há razão para esperar uma melhoria na situação nutricional na década de 80 e é até possível que a categoria de pequenos produtores ainda esteja contribuindo para a sustentação física das grandes massas pobres, no campo e na cidade.

Malgrado os impactos sociais negativos da modernização, pode-se esperar um certo alívio do êxodo rural para o futuro. Na primeira metade dessa década, conforme argumentado em capítulo anterior, as seqüelas da crise devem ter reduzido a intensidade dessa migração. O fato de o pequeno estabelecimento rural ter voltado a "jogar um papel de biombo" para a população mais pobre deve ter funcionado nesse sentido. No período pós-cruzado, entretanto, vários fatores devem ter ajudado a acentuar um novo êxodo rural, conforme discussão anterior. A redução do volume da população rural de 41,0 para 38,6 milhões, entre 1970 e 1980, também serviu para deprimir o estoque de migrantes-em-potencial. Finalmente, a queda drástica da fecundidade - embora não afete, per se, as taxas de migração no curto prazo, em razão da seletividade do processo migratório (os jovens adultos constituem um contingente desproporcional de todos os migrantes) - afeta o volume e o ritmo de crescimento da população rural<sup>84</sup>. No cômputo geral, portanto, é de esperar um certo arrefecimento da emigração do campo nessa e na próxima década.

O reflexo do "inchamento" sobre o futuro urbano também se torna um pouco relativo em vista da natureza da sua dinâmica demográfica. *Ceteris paribus*, quanto maior o crescimento da população urbana relativa à população rural, menor o impacto da migração de origem rural sobre as cidades. Como a emigração rural das duas décadas anteriores induziu o crescimento acelerado da população urbana, fazendo com que passasse a representar mais de dois terços da população total em 1980, é previsível que, para o futuro, mesmo taxas de emigração tão elevadas quanto no passado tenham impacto menor sobre o crescimento urbano. Cada vez mais, agora, o crescimento das cidades será resultado do seu crescimento vegetativo. Com a redução do êxodo rural e a queda da fecundidade em curso, é provável que as cidades passem a crescer a um ritmo menor no futuro. Estas constatações não negam, de forma alguma, a magnitude dos problemas criados pelo atual processo de urbanização; apenas mostram como novos fatores concedem uma certa relatividade às previsões anteriores.

Embora seja óbvio que o futuro econômico, social, demográfico e político do País se concentrará nas cidades a médio e longo prazos, a expulsão contínua de migrantes para as cidades, no curto prazo, é difícil para a própria sociedade. Na perspectiva da estrutura urbana, as cidades tornam-se inadministráveis. Na perspectiva dos migrantes que demandam as cidades, o fato de acabarem tendo que sobreviver nas favelas e nas periferias das metrópoles, em condições subumanas, é também intolerável. Por esse prisma, a noção de que a migração é provocada por fatores de atração é uma falácia que não se adequa à realidade. Como explicar então o grande número dos "sem-terra" que se dispõe a enfrentar todo tipo de privação e violência na espera de obter um pedacinho de terra, seja nas áreas de fronteira, seja na invasão traumatizante de terras improdutivas ou das periferias de grandes cidades no Centro-Sul?

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: MODERNIZAÇÃO, PROSPERIDADE E BEM-ESTAR

As várias dúvidas levantadas nos capítulos anteriores quanto ao processo de modernização agrícola, evidentemente, não pretendem fazer qualquer tipo de censura ao progresso técnico, senão assinalar como seus efeitos são moldados pelas estruturas sócio-econômicas que prevalecem em situações históricas concretas.

Não há dúvida de que o aumento da produção e da produtividade na agricultura é uma condição sine qua non do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida da população. Sem aumento de produção não há o que distribuir. Entretanto, o aumento da produção não é condição suficiente para o bem-estar geral, pois nada garante que os benefícios do crescimento serão redistribuídos entre todos os setores da sociedade. O que determina o padrão de crescimento econômico, e a repartição dos seus benefícios, é o estilo de desenvolvimento de uma sociedade, que, por sua vez, é cunhado no confronto e na negociação entre interesses distintos, provenientes de diferentes setores da sociedade.

A ênfase dada à modernidade, ao amadurecimento, à integração e à inexorabilidade do processo de "caificação" precisa ser contrabalanceada pela discussão dos seus custos sociais. Se não, acaba se assemelhando à postura daqueles que defendem o crescimento econômico - custe o que custar - como atalho para o bem-estar generalizado, e que é necessário "o bolo crescer para distribuí-lo". A história econômica do Brasil, durante os últimos 25 anos, demonstra claramente que é possível manter taxas elevadas de crescimento, durante vários anos, sem que isso repercuta numa melhoria significativa das condições de vida da população como um todo. O modelo de modernização conservadora conseguiu transformar o aparato produtivo e alcançar expressivos níveis de crescimento do produto, mas manteve elevados níveis de pobreza absoluta, fazendo com que grande parte da população continuasse a se reproduzir em condições miseráveis, acentuando uma das distribuições de renda mais concentradas do mundo.

Sem dúvida, durante esse período, a estrutura econômica foi-se expandindo, diversificando e modernizando. A capacidade instalada, a infra-estrutura básica e o produto interno bruto experimentaram saltos quantitativos da maior importância. As estruturas de produção, de escoamento e de distribuição foram ampliadas, diversificadas, melhoradas e modernizadas, principalmente em razão dos pesados investimentos realizados com recursos públicos. A produção e a produtividade registraram aumentos significativos em todos os setores.

No entanto, as condições de vida da maioria da população, nos últimos 25 anos, não apresentaram ganhos comensuráveis com os avanços registrados na economia como um todo. Houve um pequeno aumento na renda real das grandes massas, mas o subemprego e a desnutrição continuaram elevadíssimos, enquanto o nível médio do salário real se manteve baixíssimo. No campo, os esforços em direção à modernização produziram uma situação de concentração e desigualdade mais nítida do que na cidade<sup>85</sup>. Os elevados gastos públicos praticados na agropecuária geraram muita renda entre as elites, mas pouco afetaram a grande massa

de produtores, a não ser em termos negativos: perda de terra, redução das oportunidades de emprego, migração para as fronteiras ou para as cidades.

Em suma, embora não possa haver discussão a respeito da necessidade de aumentar a produção e a produtividade em todos os setores econômicos, a tradução do crescimento econômico acelerado em condições de vida mais satisfatórias para a maioria da população não é nada automática. A dinamização da economia favorece determinados setores da sociedade, ou todos, dependendo, em última instância, das decisões tomadas com relação à organização da estrutura de produção e à distribuição dos benefícios do desenvolvimento. A história demonstra que a tendência inerente do mercado, quando deixado às suas próprias forças, costuma andar no sentido da concentração dos meios de produção e da renda. Essa tendência é mais acentuada ainda quando há uma repressão sistemática dos interesses contrários ao capital. Somente uma efetiva participação de todos os setores em defesa dos seus respectivos interesses pode garantir melhor repartição dos frutos do desenvolvimento<sup>86</sup>.

Neste sentido, não há dúvida de que o processo de redemocratização incipiente instaurado no País trouxe uma explicitação política dos interesses de pelo menos alguns setores sociais. A maior transparência das posições de diferentes grupos, resultante desse processo, pode ser considerada saudável, pois permite maior clareza em torno da complementaridade e conflito de interesses de diversos segmentos sociais. Sem dúvida, um dos mais articulados e mais eficazes na defesa de suas posições tem sido o setor ligado à grande propriedade rural, particularmente através dos segmentos liderados pela UDR. Estes têm conseguido, durante algum tempo, o apoio maciço dos meios de comunicação de massa para a divulgação dos seus pontos de vista e até transformado grande número de pequenos e médios produtores - inimigos potenciais, por seus interesses conflitantes - em massa de manobra para suas campanhas políticas.

As posturas desse grupo de latifundiários e empresários rurais têm sido veiculadas, cada vez mais, na linguagem dos agrônomos, economistas e outros técnicos defensores do modelo concentrador de modernização agrícola. Omite-se, propositadamente, qualquer referência ao conflito de interesses entre distintos grupos de produtores. Desapareceram, na linguagem da forte campanha empreendida em todo o Brasil, as categorias de "latifundiários" e "fazendeiros", assim como os conceitos de "estrutura fundiária", "interesse social" e "sem-terra". Desapareceram também, como num passe de mágica, as diferenças enormes entre latifundiários, pequenos proprietários, "minifundistas", arrendatários ou meeiros: todos agora são "produtores rurais", engajados na cruzada da modernização do processo de produção. Supervaloriza-se a imagem do novo, do técnico, do moderno, do empresário; tudo que representa um obstáculo ao "moderno" deve ser rejeitado, desprezado ou atacado. Os meios de comunicação de massa quase nada dizem a respeito de outros tipos de movimentos ou grupos de interesse no campo, a não ser para criar o temor da desordem, da bagunça, da ilegalidade e da ameaça representadas por eles.

Nessa campanha, até o conceito de ordem social tem sido reformulado: "para nós, produtores rurais, governo democrático é aquele que faz o que nós queremos e até impomos, não o que nos dita normas"<sup>87</sup>. Reduzem a realidade sócio-econômica ao binômio liberalismo "versus" estatização. Exigem a retirada do Estado na condução da economia mas, ao mesmo tempo, reclamam a intervenção do Estado para assumir os riscos e viabilizar altas taxas de lucro. Enquanto isso, gabam-se de não precisar do Estado para nada. Conforme declaração recente de um representante da classe: "O melhor de toda essa história é que conseguimos tudo sem o governo por perto (...). Trabalhamos tranquilos sob o regime da competência e da eficiência e o governo só atrapalha quando se mete"<sup>88</sup>.

O desmoronamento progressivo do apoio à reforma agrária, constatado nos últimos três anos - inclusive situando-a num nível de preocupação social abaixo daquele proposto pelo regime

militar em meados da década de 60 - demonstra, mais uma vez, a força política dos seus opositores. É claro que numa Constituinte, onde parte importante dos representantes eram proprietários de terras ou ligados ao setor financeiro, era ilusória a esperança de uma legislação fundiária mais igualitária<sup>89</sup>. Mas mostra, também, a fraqueza política e técnica dos defensores da pequena propriedade; por isso, reduziu-se, sensivelmente, o número de intelectuais e técnicos que continuam sustentando a viabilidade econômica da reforma agrária.

Em termos simplificados, o raciocínio corrente é o seguinte: a reforma agrária, na melhor das circunstâncias, terá condições de distribuir pequenos lotes aos 'sem-terra'. Como o Governo, na prática, não fornecerá os outros meios necessários para desenvolver essa propriedade, a probabilidade de que os "reformados" se juntem aos milhões de pequenos produtores, que apenas subsistem em condições marginais, é muito grande. Nessas circunstâncias, até os setores mais progressistas acabam apoiando a reforma agrária apenas pelo enfoque de uma política social, ou seja, uma forma temporária de minimizar o fluxo migratório para as cidades.

Sem dúvida, a redistribuição de terras produtivas a pequenos produtores atomizados, destecnificados, desassistidos e não-integrados ao mercado seria uma insensatez. Da mesma forma, imaginar resolver o problema da produção por meio desta classe, dada a escala exigida pelo pacote tecnológico existente, também seria delirioso. Mas é artilosa a insinuação de que redistribuição de terra se faz com terras produtivas de grandes conglomerados para entregá-los a pequenos produtores incompetentes: nem toda propriedade grande é produtiva e nem todo pequeno produtor é incompetente. A conivência do Estado tem sido decisiva na determinação do tamanho da área mantida como reserva de valor; por que o Estado não teria agora a preocupação de redefinir a utilização social de parte dessa terra? Se o CAI já atingiu um certo grau de maturidade, sobram recursos para outras categorias sociais<sup>90</sup>. A "territorialização do capital" tornou-se parte da estratégia dos setores oligopólicos, não por

exigência do capitalismo moderno, mas por sua lucratividade dentro de um estilo de desenvolvimento que, freqüentemente, privilegia a atividade especulativa em detrimento da produtiva.

Nessa perspectiva, a atenção explícita ao pequeno produtor ainda tem sentido sob dois aspectos. Em primeiro lugar, porque ainda sobrarão 36 milhões de pessoas no campo em 1990, a grande maioria estabelecida em pequenas propriedades. A impossibilidade de absorver harmoniosamente uma grande parcela desse contingente nas cidades no curto prazo, conjugada à evidência já citada de que o acesso a um pedaço de terra ainda constitui um ganho imediato de renda ou uma forma de sobrevivência mais barata, deveriam motivar tentativas de usar parte das extensas terras improdutivas para fins sociais. Este tipo de abordagem representa, nitidamente, uma política social para o médio prazo. Num outro plano, tendo em vista as vantagens comparativas do pequeno produtor tecnificado em determinadas atividades, culturas ou regiões, assim como as potencialidades inexploradas de formas associativas modernas, faz sentido investir mais esforços e recursos governamentais na ampliação de tais alternativas. Existe também a possibilidade de que novas tecnologias (por ex., a biotecnologia) venham a ser mais adequadas aos pequenos estabelecimentos.

Em que pese ao papel social significativo e ao potencial econômico da pequena produção não há dúvidas de que suas limitações técnicas e políticas têm sido ressaltadas nos últimos tempos. Mas se os defensores da pequena produção não têm sido capazes de mostrar, convincentemente, que a reforma agrária resultaria, não somente na repartição do patrimônio fundiário, mas também na difusão do progresso técnico e na elevação da produtividade, os apologistas do grande capital oligopolizado associado ao capital estatal também não têm sido capazes de elaborar um projeto aceitável para a sociedade como um todo, e muito menos para os milhares de despossuídos que esse modelo cria ou multiplica. Por um lado, a tão propalada capacidade empresarial e a adoção do capitalismo moderno está muito aquém do esperado. Os níveis de produtividade acabam não sendo compe-

titivos e a eficiência do grande capital oligopólico resume-se, muitas vezes, a uma capacidade de manipular o Estado para que forneça o capital e assuma os maiores riscos do processo produtivo.

Por outro lado, os setores oligopolizados e seus apologistas estão absolutamente perplexos com relação ao destino a ser dado aos enormes contingentes rurais e urbanos em situação de pobreza. Evidente que o trickle-down effect é implícito ao modelo proposto, mas, conforme já argumentado, a experiência mostra que seus resultados não são nada garantidos. Sendo assim, é comum exigir-se a presença do Estado para que faça alguma coisa - não se sabe bem o quê - para aliviar essa situação. "Desse modo, a luta de grupos e classes sociais no padrão agrário industrial brasileiro tenderá a se polarizar ainda mais em torno dos atores modernos, e deixar inteiramente de lado a grande massa humana dos "sem-terra", "com terra insuficiente", etc., que corporificam a pobreza moderna. Certamente hoje se impõe uma forma radicalmente distinta de pensar o destino social dessa gente"<sup>91</sup>.

Mas qual seria essa forma radicalmente distinta de pensar o destino dos pobres e miseráveis? Infelizmente, a única pista é negativa: não pode ser por meio da reforma agrária! "Retomar idéias de distribuição de terra como forma de distribuição de renda pela distribuição de meios de produção é prescindir da realidade do predomínio da luta concorrencial entre os grupos sociais modernos que têm condições de atender às demandas interna e externa"<sup>92</sup>. Só que essa tal "luta concorrencial entre grupos modernos", no Brasil de hoje, é uma contenda, cujo resultado é, muitas vezes, "ajeitado" antecipadamente pelos grupos oligopólicos, além de ser arbitrada por um Estado que fornece a base e assegura os ganhos de todos os concorrentes. Da mesma forma, a capacidade de "atender às demandas interna e externa" também precisa ser melhor qualificada, tendo em vista tanto a tenuidade da competitividade externa, quanto a dificuldade da agricultura capitalista suprir o mercado interno nos níveis suportáveis pelo baixo poder de compra da população.

Enfim, esses são alguns traços do grande dilema que a agricultura brasileira enfrenta quando contextualizada, não na perspectiva do movimento geral do CAI, mas da sociedade como um todo. A tão propalada modernização agrícola na base da "caificação", infelizmente, apresenta-se ainda como uma transformação parcial, desigual, fortemente sustentada por recursos públicos, inerentemente limitada, e com mais rancos do capitalismo cartorial do que do capitalismo moderno. Por outro lado, não há como negar que a viabilidade técnica e política da pequena propriedade familiar, para o médio e longo prazos, está sendo, cada vez mais, uma incógnita. Seja como for, na discussão de alternativas e modelos futuros, parece necessário desmitificar a tecnicidade asséptica que caracteriza alguns discursos a respeito da modernização agrícola a fim de incorporar, frontalmente, a dimensão política. Isso permitiria explicitar melhor a quem interessam determinadas decisões no setor e entender como a sociedade, no seu todo, vai ficar com as transformações propostas ou em curso.



## NOTAS

1. Ver, por exemplo, Delgado (1985), Kageyama e Graziano da Silva (1987), Kageyama et alii (1987), Müller (1986, 1988a e 1988b), Delgado (1988), Graziano (1988).
2. Kageyama e Graziano da Silva (1987)
3. O  $D_1$  é definido como o departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura (Kageyama et alii, 1987), p. 10.
4. Essa discussão é baseada, em grande parte, no trabalho de Martine e Beskow (1987).
5. Kageyama et alii (1987), p. 57.
6. Expressão utilizada por Kageyama (1986), p. 63.
7. Para uma discussão do êxodo rural e urbanização nesse período, ver Martine (1987a).
8. IPLAN/CAA - Dados Conjunturais, Maio 1987, p. 19.
9. Kageyama et alii (1987), p. 61.
10. Ibid, p. 63-65.
11. Ibid, p. 65.
12. IPLAN/CAA - Dados Conjunturais, Maio 1987, p. 20-21.
13. Müller (1988a), p. 170.
14. Delgado (1988).
15. Resende (1987), apud Delgado (1988), p. 24.

16. Delgado (1988), p. 28.
17. A discussão que se segue, a respeito das tendências no período 1980-85, é baseada em Martine (1987c).
18. Hoffmann (1987), p. 3.
19. Cf. CEDEPLAR (1986), p. 10-12.
20. Delgado (1988).
21. Ibid, p. 37.
22. Martine (1989).
23. Graziano da Silva (1988), p. 11.
24. Müller (1988a), p. 171 e 172.
25. Ibid, p. 180.
26. Müller (1988b), p. 13.
27. Kageyama et alii (1988), p. 63 e 64.
28. Ibid, p. 113.
29. Inter alia, as análises feitas na Coordenadoria de Agricultura do IPLAN mostram aumentos de produção mas discutem os seus custos financeiros para o governo. Ver Gasques et alii (1987), Guimarães (1987), Delgado (1988).
30. Ver a crítica de Goodman, Sorj e Wilkinson (1985), p. 36-39 e o comentário final de Kageyama et alii (1987) sobre as necessidades de pesquisa futura.
31. Kageyama et alii (1987), p. 107.
32. Müller (1988b), p. 11.

33. Ibid, p. 12.
34. Ibid, p. 12.
35. Ibid, p. 11-12.
36. Osório de Almeida e Mendonça (1988).
37. Ibid, p. 4-5.
38. Castells e Portes (1986), citado em PREALC (1987), p. 7.
39. PREALC (1987), p. 7.
40. Müller (1988a), p. 180. Observa-se que essa cifra, mesmo estando correta, não contribuiria muito para a tese de que os grandes são mais produtivos. Assim, por exemplo, os estabelecimentos de mais de 5.000 ha., que controlam 24% de toda a área incorporada, contribuíram com apenas 4,2% do valor da produção total em 1980. (Dados do Censo Agropecuário, 1980):
41. Dados do Censo Agropecuário, 1980.
42. Wanderley (1988), p. 11.
43. Ver Tabela 3-1, p. 82 em Martine (1987a).
44. Wanderley (1988), p. 106.
45. Hayami e Ruttan (1985), p. 340-341. (Tradução do autor).
46. Ver Martine (1981), p. 326-327.
47. Graziano (1987), p. 26.
48. Simon et alii (1988), p. 75-76.

49. Biral (1988), p. 36.
50. Hoffmann e Kageyama (1988), p. 89.
51. IEI/UFRJ/MTb (1987), p. 99.
52. Simonsen (1987).
53. Martine (1988), p. 27.
54. Faria (1988), p. 20.
55. Tavares (1988), p. 18.
56. Ver, por exemplo, Gasques e Yokomizo (1988).
57. Müller (1988b), p. 11.
58. Graziano (1988), p. 11-17.
59. Müller (1986), p. 363-364.
60. Abramovy (1987), p. 8.
61. Kageyama et alii (1987), p. 101.
62. Gasques et alii (1988), Delgado (1988).
63. Delgado (1988), p. 31.
64. Gasques et alii (1988).
65. Graziano (1987), p. 26.
66. Graham, Gauthier e Barros (1987).
67. CEDEPLAR (1988), p. 7-12.

68. IFLAN/CAA - Dados Conjunturais, no. 156 - Novembro, 1988.
69. Ibid. , p. 3 (ênfase acrescentada).
70. A argumentação que se segue é baseada, em grande parte, no trabalho de Goodman e Redclift (1989).
71. Kageyama et alii (1987), p. 101-102.
72. Para maior discussão desse tema, ver Martine (1987b).
73. Ver Buttet et alii (1985).
74. Assirati e Gasques (1988) mostram que, no Paraná, a necessidade de fertilizantes para produzir um quilo de grãos aumentou em 93% entre 1970 e 1985. Em São Paulo, dados recentes mostram que o uso crescente de insumos não consegue elevar a produtividade. (Ver Estado de São Paulo, 19/04/88, Suplemento Agrícola).
75. Goodman e Redclift (1989).
76. Ronaldo Caiado, em Afinal (1987).
77. Alves e Contini (1988), p. 49.
78. Müller (1988b), p. 15 (ênfase acrescentada).
79. Para uma discussão dessas questões, ver Martine et alii (1988).
80. Alves e Contini (1988), p. 63.
81. Kageyama et alii (1987), p. 114.
82. Müller (1988b), p. 10.
83. Ibid. p. 9.

84. Ver Martine et alii (1988), p. 48-51.
85. Ver Hoffmann e Kageyama (1985).
86. Essa argumentação é baseada em Martine (1988).
87. Ronaldo Caiado, em O Estado de São Paulo, 1987.
88. Odamira Dutra, em Veja, 1988.
89. De acordo com uma pesquisa de Fleischer, 24% dos constituintes eram ligados ao setor agropecuário e 25% ao setor financeiro.
90. Esta é a conclusão principal de Kageyama et alii (1987).
91. Müller (1988a), p. 183.
92. Ibid., p. 183.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABRAMOVY, Ricardo. - Reforma Agrária: Política Social ou Alternativa de Desenvolvimento. Tempo e Presença, (221): 7-8, jul. 1987.
2. AGUIRRE, Basília Maria Baptista. - Mercado de Trabalho Rural. Estado e Cooperativismo. São Paulo: IPE/USP, 1987. 210p. (Ensaio Econômico).
3. ALMEIDA, Anna Luiza Osório de & MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello de. - A Pequena Produção: uma Visão Unificada. Rio de Janeiro: FEA/UFRJ, s.d. 16p. mimeo.
4. ALVES, Elizeu. - Crescimento da Demanda e da Oferta de Produtos Agrícolas nos Próximos Dez Anos. Análise & Conjuntura, Belo Horizonte, 1(1): 53-65, jan./abr. 1986.
5. \_\_\_\_\_. - O Dilema da Política Agrícola Brasileira: Produtividade ou Expansão da Área Agricultável. Brasília: EMBRAPA-DID, 1983. 108p.
6. \_\_\_\_\_. & CONTINI, Elísio. - A Modernização da Agricultura Brasileira. In: BRANDAO, Antonio Salazar P. - Os Principais Problemas da Agricultura Brasileira: Análise e Sugestões. Rio de Janeiro: PNPE/IPEA, 1988. p. 49-98.
7. ASSIRATI, Emílio Borsari & GARQUES, José Garcia. - Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná: Subprograma: Manejo e Conservação do Solo. Brasília: IPEA/IPLAN/CAA, 1988. mimeo.
8. BRUN, Argemiro Jacob. - Modernização da Agricultura. Trigo e Soja. Petrópolis: Vozes, 1988. 200p.

9. BUTTEL, Frederick et alii. - From Green Revolution to Biorevolution: Some Observations on the Changing Technological Bases of Economic Transformation in the Third World. *Economic Development and Cultural Change*, 34(1): 31-55, Oct. 1985.
10. CAIADO, Ronaldo. *AFINAL*, 7 jul. 1987.
11. \_\_\_\_\_. - O Estado de São Paulo, 6 mar. 1987.
12. CASTELLS, M. & PORTES, A. - World Underneath: the Origins, Dynamics, and Effects of the Informal Economy. Documento apresentado na Conferência The Comparative Study of the Informal Sector, Harper's Ferry, West-Virginia, 2-6 Oct. 1986.
13. CEDEPLAR. - Transformações Recentes do Setor Agropecuário Brasileiro: Desafios Tecnológicos, Dinâmica Espacial e a Fronteira do Centro-Oeste. Belo Horizonte, set. 1986. 140p. mimeo.
14. DADOS CONJUNTURAIS DA AGROPECUARIA, Brasília, IPEA/IPLAN/CAA. (vários números).
15. DELGADO, Guilherme. - Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. São Paulo: Icone e UNICAMP, 1985.
16. \_\_\_\_\_. - Política Agrícola e Financiamento Público da Agricultura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 24. Lavras, MG, 28 jul. - 1 ago. 1986. - Anais: Uma Nova Política Agrícola? Brasília: SOBER, 1986. p.70-93.
17. \_\_\_\_\_. - Tendências da Demanda Agrícola Face à Política Econômica. *Dados Conjunturais da Agropecuária*, Brasília, (157): 12-44, dez. 1988.
18. DUTRA, Oldamira. - *Veja*, 4 maio 1988, p. 68.

19. FAGUNDES, Maria Helena. - Comentários sobre o Crédito Rural no Brasil e sua Evolução Recente. Brasília: CFP/MA, set. 1987. p. 80-81 (Estudos Especiais, 21).
20. FARIA, Vilmar E. - Cinquenta Anos de Urbanização no Brasil: Tendências e Perspectivas. Trabalho apresentado na Conferência Trends and Challenges of Urban Restructuring, Rio de Janeiro, 26-30 set. 1988. 68p.
21. FLEISCHFRESSER, Vanessa. - O Capitalismo Revela sua Face mais Perversa na Crise: Análise dos Dados do Censo Agropecuário 1985. Análise e Conjuntura, Curitiba, 9(12/7) 7 dez. 1987.
22. \_\_\_\_\_. - Modernização Tecnológica da Agricultura. Curitiba: Livraria do CHAIN, Concitec, IPARDES, 1988. P.154.
23. GASQUES, José Garcia & YOKOMIZO, Cláudio. - Resultados de 20 Anos de Incentivos Fiscais na Agropecuária da Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 14. Brasília, dez. 1986. - Anais. Rio de Janeiro: ANPEC, 1986. v.2, p. 47-86.
24. \_\_\_\_\_. et alli. - Gastos Públicos na Agricultura: Estrutura e Resultado. Dados Conjunturais da Agropecuária, Brasília, (153): 13-35, jul. 1988.
25. GOODMAN, David & REDCLIFT, Michael. - Introduction: the International Farm Crisis. In: \_\_\_\_ & \_\_\_\_\_. (eds.). - The International Farm Crisis. London: Macmillan, 1989. p. 1-22.
26. \_\_\_\_\_, SORJ, B. & WILKINSON, J. - Agroindústria, Políticas Públicas e Estruturas Sociais Rurais: Análises Recentes sobre a Agricultura Brasileira. Revista de Economia Política, 5(4): 31-55, out./dez. 1985.

27. GRAHAM, Douglas H. et alli. - Thirty Years of Agricultural Growth in Brazil: Crop Performance, Regional Profile, and Recent Policy Review. *Economic Development and Cultural Change*, 36(1): 1-34, 1987.
28. GRAZIANO DA SILVA, José. - Mas, Qual Reforma Agrária? *Reforma Agrária*, ABRA, a.17(1): 11-69, abr./jun. 1987.
29. \_\_\_\_\_. - As Possibilidades e as Necessidades da Ciência e da Tecnologia na Área das Ciências Agrárias. Apresentado no 1º Painel sobre Avaliação e Perspectivas em Ciência e Tecnologia no Brasil do Século XXI, realizado pelo CNPq, em Brasília, 5-7 dez. 1988, 53p.
30. GUIMARAES, Cristina Viveka. - Comércio Internacional: Mudanças Recentes. *Dados Conjunturais da Agropecuária*, Brasília (149): 15-25, dez. 1987.
31. HAYAMI, YUGIRO & RUTTAN, Vernon W. - *Agricultural Development*. London: The John Hopkins University Press, 1985. 506p.
32. HOFFMANN, Rodolfo. - Modernização e Distribuição de Renda na Agricultura da Bahia. *Reforma Agrária*, ABRA, a.18 (1): 38-56, abr./jun. 1988.
33. \_\_\_\_\_. - Distribuição da Posse da Terra no Brasil em 1980 e 1985. *Dados Conjunturais da Agropecuária*, Brasília, (n. esp.): 1-17, jul. 1987.
34. \_\_\_\_ & KAGEYAMA, Ângela A. - Modernização da Agricultura e Distribuição de Renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 15(1): 171-208, abr. 1985.
35. \_\_\_\_\_. - Posição na Ocupação, Tempo de Trabalho e Renda na Agricultura Brasileira em 1980. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 6(4): 78-90, out./dez. 1986.

36. IEI/UFRJ & MTb. - Industrialização e Transformações Sociais no Campo. In: BRASIL. Ministério do Trabalho. SES. - O Mercado de Trabalho Brasileiro: Estrutura e Conjuntura. Brasília, 1987. p. 91-102.
37. KAGEYAMA, Ângela A. - A Pobreza Rural: Excesso de Trabalho e Insuficiência de Renda. Reforma Agrária, ABRA, 16(2): 56-61, 1986.
38. \_\_\_ & GRAZIANO DA SILVA, José. - Dinâmica da Agricultura Brasileira: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. s. n. t. 56p. mimeo.
39. KAGEYAMA, Ângela A. et alli. - O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. Campinas, UNICAMP, 1987. 121p. mimeo.
40. MARTINE, George. - Contemporary Settlement of Frontier and Empty Lands: Demographic Aspects and Environmental Consequences. In: International Population Conference, Manila, 1981. p. 321. 327.
41. \_\_\_\_\_. - Êxodo Rural, Concentração Urbana e Fronteira Agrícola. In: MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo (org.). - Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. São Paulo: Caetes/Hucitec, 1987a p. 59-80.
42. \_\_\_\_\_. - Tecnologia, Política Agrícola, Política Agrária e Políticas em Geral. In: MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo (org.). - Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. São Paulo: Caetes/Hucitec, 1987b pp. 259-68.
43. \_\_\_\_\_. - A Evolução Recente da Estrutura de Produção Agropecuária: algumas Notas Preliminares. Dados Conjunturais da Agropecuária, Brasília, (n. esp.): 63-88. jul. 1987c.

44. ---- - A Política Social, o Crescimento e a Pobreza: o Passado, o Presente (e o Futuro?). Brasília: OIT/PNUD/IPEA, 1988. "Projeto BRA/87/006" mimeo.
45. ---- - The Fate of Small Farmers in Rondônia. In: GOODMAN, David & HALL, Anthony (eds.). - The Future of Amazônia: Destruction or Sustainable Development. London: Macmillan, 1989. EPD.
46. MARTINE, George & BESKOW, Paulo Roberto. - O Modelo, os Instrumentos e as Transformações na Estrutura de Produção Agrícola. In: MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo (org.). - Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. São Paulo: Caetes/Hucitec, 1987. p. 19-39.
47. MARTINE, George et alli. - A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6. Olinda, PE, out. 1988. - Anais. São Paulo: ABEP, 1988. v. 2, p. 19-65.
48. MULLER, Geraldo. - A Economia Política do CAI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 24. Lavras, MG, 28 jul. - 1 ago. 1986. - Anais: Uma Nova Política Agrícola? Brasília: SOBER, 1986. p. 347-67.
49. ---- - Ambivalência da Modernização Agrária. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, (21): 168-184, jul. 1988a.
50. ---- - No Futuro Agrário mais Transformações. Trabalho apresentado no Seminário Brasil Século XXI. Campinas, UNICAMP, 1988b. 21p.
51. PREALC. - El Setor Informal: Quinze Años Despues. Santiago, CL, OIT, 1987. 32p. (Documentos de Trabajo, 316).
52. SIMON, E. J. et alli. - O Projeto de Assentamento da Fazenda Pirituba, SP. Reforma Agrária, ABRA, 8(1): 69-76, abr. /jul. 1988.

53. SIMONSEN, Mário Henrique. - "Entrevista" em VEJA, 14 out. 1987, p. 30.
54. RESENDE, Gervásio. - Ajuste Externo e Agricultura no Brasil 1981/1986. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, nov. 1987. (mimeo).
55. TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. - A Colonização Agrícola, uma Solução para a Crise Agrária Brasileira? Porto Alegre, UFRGS/IFCH/DCS, jul. 1988. 26 p. mimeo.
56. WANDERLEY, Maria de Nazareth. - Trajetória Social e Projeto de Autonomia: Os Produtores Familiares de Algodão da Região de Campinas. Campinas: UNICAMP, 1988. 162p. (Cadernos IFCH/UNICAMP, 19).

Instituto de Planejamento-IPLAN/IPEA  
Ed. BNDES, 11º andar, Setor Bancário Sul  
70076 Brasília-DF

